

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**QUESTÃO SOCIAL, ESTADO NO CAPITALISMO
E AS POLÍTICAS SOCIAIS**

Beatriz Sierra Coutinho
Cilene de Oliveira Souza
Ediléia Fernandes dos Santos
Joselaine R. Sakai da Silva

Presidente Prudente/SP
2004

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**QUESTÃO SOCIAL, ESTADO NO CAPITALISMO
E AS POLÍTICAS SOCIAIS**

Beatriz Sierra Coutinho
Cilene de Oliveira Souza
Ediléia Fernandes dos Santos
Joselaine R. Sakai da Silva

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.^a Valderês Maria Romera Bonadío.

Presidente Prudente/SP
2004

QUESTÃO SOCIAL, ESTADO NO CAPITALISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Nome do orientador

Prof. Valderês Maria Romera Bonadío

Nome do 1º examinador

Prof. Wilson de Luces Forte Machado

Nome do 2º examinador

Vera Lúcia da Silva

Presidente Prudente, 01 de dezembro de 2004.

“Fazer ciência é fascinante porque trabalha-se com a pureza que é a verdade. Com ela, pode-se descobrir e construir coisas maravilhosas, cujo o beneficiário é o próprio homem. As coisas da natureza, do universo e de outros mundos são grandiosas demais para a ciência encontrar respostas e explicações para tudo. E, então, é tempo de se encontrar um novo método para se conversar com o seu criador. Deus”

Silvio Luiz de Oliveira

AGRADECIMENTOS

“Agradeço a Deus, pelo dom que me deu, por iluminar o meu caminho, ser amigo verdadeiro, propiciando-me a maravilha de minha existência, permitindo concluir mais uma etapa da minha vida.

À minha família que tanto amo, minha mãe e meu pai por esta vitória que é tanto minha quanto de vocês, obrigada de coração pelo carinho, pela compreensão, pelo incentivo, pela amizade, por muitas vezes ter dedicado seu tempo para ouvir meus desabaços. Obrigada pai e mãe, se hoje estou aqui devo a vocês.

Ao meu esposo, que amo muito, e soube entender minhas ausências, minhas angústias e preocupações. Agradeço pelo seu amor, seu carinho, sua companhia, seu incentivo e pela força, que me ajudou continuar a caminhada.

Agradeço também aos professores, que muito contribuíram para que este trabalho fosse concluído“.

Obrigada!

Beatriz Sierra Coutinho

AGRADECIMENTOS

“A Deus, pelo dom da vida, levando-me a superar obstáculos que acreditava, por muitas vezes, serem intransponíveis;

A minha família e aos verdadeiros amigos, que de certa forma, souberam acompanhar o meu interesse em construir e partilhar as descobertas realizadas no decorrer desses quatro anos, que ensinaram-me a perseverar na luta pelos meus objetivos;

A todos os professores em especial a professora Valderêz, pela dedicação durante a orientação deste trabalho;

A S/C Beneficente ‘Lar Santa Filomena’, campo de estágio do 3º e 4º ano, que possibilitou-me crescimento profissional;

E hoje, agradeço pois, vocês fizeram, fazem e sempre farão parte da minha história”.

Joselaine Renata Sakai

AGRADECIMENTOS

“Agradeço a Deus, por ser meu refúgio e minha fortaleza nos momentos de angústia, que me propiciou mais uma vitória;

Agradeço aos meus pais Erasmo e Edy por ter me dado o dom da vida, em especial a minha mãe, mulher guerreira, no qual aprendi a lutar pelos meus objetivos. Mãe, esta vitória é tanto sua, quanto minha;

Agradeço ao meu irmão Evandro, que mesmo de longe se fez presente, me incentivando neste estudo;

Agradeço a todos meus familiares e amigos, Jennifer, Tati, Cléia, Angélica, obrigado por terem cruzado o meu caminho, pois também, através de vocês conheci pessoas maravilhosas, que irão permanecer em minha vida;

A orientadora Valderêz, no qual propiciou o enriquecimento profissional, como também pessoal;

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho“.

Ediléia Fernandes dos Santos

AGRADECIMENTOS

*Primeiramente, agradeço a Deus:
Pela coragem e força...
pelos caminhos perfeitos que me faz trilhar,*

*Ao meu pai Josué (in memoriam)
Que não está presente...
mas pelo carinho fraternal, que ainda reflete em minha vida, jamais o
esquecerei,*

*A minha heroína mãe Francisca
Que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos...
faltam palavras para agradecê-la,*

Aos meus irmãos Cristiane e Tiago, que são pedacinhos de mim,

A minha avó, Maria, que acompanhou minha caminhada,

*Aos meus tios Rosa e João, que também me acompanharam nesta jornada
todos os dias,*

Aos meus primos Rafael e Kátia,

*Aos meus tios José e Laura, e “priminho” Alex, que me trouxeram para esta
cidade,*

*As minhas supervisoras de estágio salete Casadei e Fernanda Maioli pelo
apoio,*

*Ao meu grande amor Tiago, que mesmo estando longe, me guiou, me
compreendeu; aos seus pais e familiares, que também são meus,*

Ao grupo: Josy, Léia e Bia,

A orientadora Valderêz,

A todos que me acompanharam em mais uma caminhada.

Cilene de Oliveira Souza

RESUMO

O trabalho analisa as transformações políticas, econômicas e sociais no seu processo histórico, tendo como ponto de partida a Revolução Industrial, no século XIX, caracterizando a sociedade capitalista e suas formas de organização.

Aborda as transformações sociais, dentro de um contexto de conflitos, entre a classe trabalhadora e a burguesia, no qual a primeira, luta por direitos sociais que lhes eram indeferidos pela classe detentora do poder.

Essas lutas são conseqüências de um processo de conscientização que alguns segmentos da classe trabalhadora desenvolve, politizando assim, suas necessidades que são supridas através da formulação de políticas sociais pelo Estado capitalista.

No entanto, essas políticas sociais possuem concepções diferentes em cada modelo de Estado.

Este estudo relata a consolidação dos direitos sociais no Estado de Bem-Estar Social, quando as políticas atendiam às necessidades da classe trabalhadora de forma abrangente, e os direitos eram reconhecidos como conquistados e não como concedidos.

Porém, o Estado de Bem-Estar Social entra em crise, dando origem ao Estado Neoliberal, onde se destaca essa passagem, não como uma ruptura, e sim, como um processo contínuo.

No Estado Neoliberal, as políticas são formuladas a partir de um novo contexto histórico em que a sociedade se encontra. Os investimentos públicos são voltados para o setor econômico e não social, caracterizando as políticas sociais como focalizadas, residuais, redistributivas e fragmentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Políticas Sociais; Questão Social; Estado de Bem-Estar Social; Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present paper analyses the different conceptions about social policies on several patterns of State, within every historical moment, based on the political, economic and social transformations on its historical process, entering upon Industrial Revolution in the 19th Century, characterizing the capitalist society and its forms of organization.

It approaches the social transformations within a context of conflicts between working class and middle class, in which the first one fights for social rights that were rejected by the most powerful class.

Those fights are consequence of a process of conscientiousness that some segments of working class develops, and so politicizing their necessities that are supplied through the formulation of social policies by Capitalist State.

However, those social policies have different conceptions in every pattern of State.

This study reports the consolidation of the social rights in the State of Social Welfare, when politics attend to the working class necessities in a wide-ranging form, and the rights were recognized as conquered and not as granted.

But State of Social Welfare gets in crisis, originating a Neo-Liberalism State, which this passage can be detached not as rupture but as a continuous process.

In Neo-liberalism State, policies are formulated from a new historical context where society finds itself. The public investments are applied to the economic area and not social one, characterizing social policies as concentrated, residual, redistributive and fragmented.

KEYWORDS: State; Social Policies; Social Subject; State of Social Welfare; Neo-Liberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I	
1 CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX E A QUESTÃO SOCIAL	13
1.1 Revolução Industrial.....	133
1.2. Capitalismo Monopolista	188
1.3. Questão Social.....	277
CAPÍTULO II	
2 ESTADO NO CAPITALISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS	344
2.1 Estado e Políticas Sociais.....	344
2.2 Estado Liberal	399
2.3 Estado de Bem-Estar Social	42
2.4 A Crise do Estado de Bem-Estar Social e o Neoliberalismo	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	588
BIBLIOGRAFIA	61

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como motivação inicial as inquietações do grupo a respeito das diferentes concepções de políticas sociais, das quais tomamos conhecimento no decorrer do curso de Serviço Social.

A importância essencial em abordar este tema está no fato dele propiciar a compreensão das políticas sociais em seu contexto histórico e os reflexos na sociedade moderna.

A indagação do grupo era saber se as políticas sociais eram uma concessão do Estado para atender a classe trabalhadora, ou se estas, eram conquistas dessa classe, sendo nosso objetivo conhecer o quê levava a existência de diferentes concepções de políticas sociais.

Para atingir nosso objetivo, utilizamos a pesquisa bibliográfica que nos possibilitou um maior contato com o tema através de dados concretos, ou seja, reunimos um conjunto de conhecimentos relacionados a política social que nos permitiram selecionar, fichar, organizar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta.

Para entender a organização e as transformações das políticas sociais foi necessário abordar seu processo histórico, bem como, mudanças de âmbito social, econômico e político da sociedade moderna.

A questão social é uma categoria que expressa a contradição no modo de produção capitalista, no qual, a riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores é apropriada pelos capitalistas.

Este estudo enfatizou a questão social como expressão das mudanças ocorridas na sociedade e nele, buscamos compreender a relação entre a questão social, o Estado e as políticas sociais, ou seja, procuramos abordar o Estado, no sistema capitalista, com seu papel regulador de conflitos sociais, que irá enfrentar as expressões da questão social de modo fragmentado e parcial.

O trabalho é composto por dois capítulos, sendo que, no primeiro, abordamos a Revolução Industrial no seu processo de desenvolvimento, pois, foi um marco histórico para a consolidação do sistema capitalista, que tem como

característica a acumulação permanente de capital, através da exploração da classe trabalhadora. Sua expansão consolida a difusão do capitalismo monopolista, tendo como objetivo a concentração e a centralização do capital, eliminando a concorrência dos preços através de acordos monopolistas.

No desenvolvimento do capitalismo monopolista tem-se o autofinanciamento dos grupos monopolistas, atingindo diretamente a classe trabalhadora, que explorada pela burguesia, que detém os meios de produção.

Apesar da consciência alienada, produzida por este sistema, essa classe proletária começa a questionar a realidade, ocorrendo um processo de conscientização por alguns segmentos, que busca por meio de lutas e movimentos sociais, o reconhecimento enquanto classe social, transformando seus problemas em questão social.

A questão social será o meio pelo qual a classe trabalhadora terá seus problemas politizados, ou seja, ela exige o seu reconhecimento pelo Estado e pela burguesia enquanto classe, sujeita a direitos sociais.

O reconhecimento desses direitos é configurado em políticas sociais, que abordamos no segundo capítulo.

As políticas sociais se expressam no aparelho do Estado, tendo por objetivo conter o antagonismo entre as diferentes forças sociais.

Abordamos a forma em que estas políticas se expressam no Estado de Bem-Estar Social, pois este foi um período de ampla proteção social, pleno emprego, e políticas que visavam o desenvolvimento do ser social.

Este Estado entra em crise por não responder as necessidades do capitalismo, ocorrendo a implantação do Neoliberalismo como forma de regular a sociedade e atender aos interesses do capitalismo.

Nas considerações finais, concluimos que a formulação das políticas sociais pelo Estado, para o enfrentamento das expressões da questão social, apresenta-se de forma fragmentada e focalizada em segmentos da população em situação de vulnerabilidade, fazendo com que essas políticas sejam de caráter compensatório, o que favorece a despolitização da questão social.

CAPÍTULO I

1 CARACTERÍSTICAS DO CAPITALISMO NO SÉCULO XIX E A QUESTÃO SOCIAL

1.1 Revolução Industrial

A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância ao capital mercantil sobre a produção.

“Capitalismo é um sistema sócio-econômico em que os meios de produção são propriedades privadas de uma classe social em contraposição à outra classe de trabalhadores não proprietários”. (SINGER, 1987, p.7)

Nesse sistema, a produção e a distribuição das riquezas são regidas pelo mercado, no qual, em tese, os preços são determinados pelo livre jogo da oferta e da procura.

Martinelli (1997, p.29), apropriando-se dos estudos de Marx enfatiza que:

[...] compreender o capitalismo como categoria histórica implica viabilizá-lo não apenas como um período histórico ou uma ordem econômica distinta. É preciso considerá-lo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como um modo de produção associado a um sistema de idéias e a uma fase histórica.

Apesar do capitalismo ser a forma de organizar a economia na sociedade, temos elementos negativos que o caracterizam, tais como:

- 1) Acumulação permanente de capital;
- 2) A distribuição desigual de riqueza;
- 3) O papel desempenhado pelo dinheiro e pelos mercados financeiros;
- 4) A concorrência, embora modificada pela concentração monopolística;

- 5) A inovação tecnológica ininterrupta e nas fases mais avançadas de evolução do sistema, o surgimento e expansão das grandes empresas multinacionais.

Este modo de produção se consolidou com a Revolução Industrial na Europa, no final do século XVIII¹.

A Revolução Industrial foi uma das mais importantes entre todas as revoluções verificadas no decurso do processo histórico porque transformou radicalmente a História mundial.

A Revolução Industrial é a culminância de um processo secular, com suas raízes fundidas na crise do feudalismo.²

Este processo de profundas transformações é marcado pela proliferação de invenções e descoberta de novas fontes de energia, surgindo a mecanização industrial, desviando a acumulação de capitais da atividade comercial para o setor de produção.

Esse fato trouxe grandes mudanças, de ordem tanto econômica quanto social, que possibilitaram o desaparecimento dos restos do sistema feudal ainda existentes e a definitiva implantação do modo de produção capitalista.

Essa revolução não foi um evento singular, mas um processo contínuo que passou por várias fases envolvendo países diferentes.

A industrialização, que decorre desse processo, reduziu a pobreza, mas não a eliminou. O processo teve crises, surtos e quedas.

A Revolução Industrial gerou transformações no modo de produção, ou seja, a produção que antes ocorria no núcleo familiar, de maneira artesanal e manufaturada, passa a ser concentrada em grandes fábricas, com empregados assalariados; com uma produção mecanizada e em série o que operou significativas transformações em quase todos os setores da vida humana.

¹ A revolução Industrial é o complemento direto da Revolução Inglesa do século XVII, que cria as condições básicas para a eclosão do maquinismo no final do século XVIII, consolidando a idéia de Revolução Inglesa como célula-mãe da Era das Revoluções Burguesas, por destravar as forças produtivas rumo à Revolução Industrial. (ARRUDA, 1994, p.08). Abrindo caminhos para uma nova política econômica e social, liberando a indústria das concessões de monopólios feitas pelos reis e criando espaços necessários para a livre expansão do capitalismo. (MARTINELLI, 1997, p.34).

² feudalismo um modo de produção característico da época medieval, que une estreitamente autoridade e propriedade de terra e que se realiza mediante a condição de vassalagem e prestação de serviços e rendas.

Neste contexto, com a visível expansão do capitalismo, os camponeses são diretamente atingidos, expulsos das terras, têm que se subordinar às exigências dos donos do capital, que recrutavam mão-de-obra sob coerção e denunciavam os camponeses às autoridades, caso recusassem o trabalho, em virtude das suas condições ou dos salários oferecidos. De camponês, esta classe empobrecida, passou para trabalhador assalariado sem ter como escapar da ideologia burguesa. Estes trabalhadores passam a ser proletários, subordinados plenamente ao capital, produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político que são moldados pelas concepções e objetivos burgueses.

Na estrutura socioeconômica, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados, eliminando-se a antiga organização corporativa da produção, utilizada pelos artesãos.

Tinha-se a idéia, de que com o surgimento das máquinas, a miséria no mundo acabaria. Para alguns teóricos, a máquina facilitaria o trabalho dos homens e, segundo o liberalismo econômico, a produção seria muito maior, fazendo com que os preços dos produtos caíssem e todos teriam acesso a eles. Mas, os fatos não se passaram dessa maneira.

As máquinas trouxeram o desemprego para muitas pessoas. Em algumas regiões da Inglaterra, por exemplo, a chegada da máquina revoltou trabalhadores que tiveram seus empregos perdidos ao se manifestarem contra essa mudança.

Além disso, as máquinas proporcionaram novas relações entre os homens. Os trabalhadores tiveram de se adaptar às novas formas de produção, pois não era possível ajustarem-se as máquinas à capacidade de produção desses trabalhadores. Pelo contrário, era a máquina que ditava o ritmo de trabalho. Foi justamente a partir desse período que se desenvolveram o relógio tal qual conhecemos. Os relógios tinham a função de “adestrar” os trabalhadores.

O trabalhador perdia a posse das ferramentas e máquinas, passando a viver da única coisa que lhe pertencia: sua força de trabalho, explorada ao máximo.

O destino da classe trabalhadora foi sendo determinado pela burguesia, que fazia com que essa classe se distanciasse cada vez mais dos meios de

produção, sendo obrigados a se submeter ao trabalho assalariado, que passa a ser indispensável para prover a subsistência familiar.

Manter o trabalhador assalariado era uma forma da burguesia obter lucro e de acumular capital.

Uma outra forma de manter a classe trabalhadora sob o domínio dos capitalistas, era fazer com que surgisse um exército industrial de reserva³, pois, além de ser um produto da acumulação, é também, uma das condições para que esta se efetive.

Iamamoto (2000, p. 59) ressalta que:

[...] A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbitas seja afetada, é condição para que o processo de acumulação ampliada se renove. Essa massa de trabalhadores é oferecida à indústria pela existência de uma população excessiva colocada em disponibilidade, devido a métodos de produção que diminuem, proporcionalmente, a cifra de trabalhadores ante a ampliação da mesma produção.

Martinelli (2001, p.36), enfatiza que um fator importante a destacar é que com a necessidade de:

[...] uma demanda contínua de mão-de-obra para atender ao ritmo acelerado da produção fabril, tem-se uma concentração da população operária que passa a viver nos arredores das fábricas, contribuindo com o surgimento das cidades industriais, como condição necessária do capital.

Nas fábricas, os trabalhadores eram submetidos a um processo de intensa divisão social do trabalho⁴, sob rigorosa coerção do sistema capitalista, vivendo em localidades precárias e sofrendo as dificuldades da vida operária, pois o

³ Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que o exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor. (Martinelli 1997, apud Marx)

⁴ Divisão social do Trabalho: é a distribuição de tarefas na produção social. Segundo Marx, a divisão do trabalho “manifesta-se também no seio da classe dominante como divisão do trabalho físico e intelectual[...]”. Distinguem-se dois tipos de divisão do trabalho: a divisão técnica e social. A divisão técnica é aquela que leva ao produto final depois de ter passado por diversas etapas do processo de produção e se destina ao aumento da produtividade do trabalho. A divisão social é aquela em que os trabalhadores desempenham diversas funções na sociedade, funções econômicas, ideológicas e políticas.

acelerado ritmo da expansão urbana⁵, não fora acompanhada por adequados serviços de infra-estrutura.

Martinelli (2001, p. 41) afirma que:

[...] O surgimento das cidades industriais impôs uma nova fisionomia ao contexto social, passando a própria urbanização a ser uma variável da industrialização capitalista. Às precárias vilas operárias, construídas com frequência em locais inadequados à qualidade de vida, porém amoldadas às exigências do capital, correspondem as grandes construções arquitetônicas, que como verdadeiros símbolos da burguesia invadiam os espaços geográficos, dando-lhes uma nova conformação.

As inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial ampliaram significativamente a demanda de mão-de-obra, introduzindo ao mesmo tempo, expressivas alterações no processo de produção.

Isso significa dizer que o aspecto coletivo que antes estava presente no processo de trabalho, agora se configurava em trabalhadores isolados, executando funções cujos nexos com o processo global de produção nunca lhe eram esclarecidos.

Sendo conduzidos a meros condutores de máquinas, o contato fundamental desses trabalhadores, não se dava mais com os outros seres humanos, mas com a máquina, e tinham seus desejos e suas vontades regidos pelo ritmo das ações das máquinas.

As jornadas de trabalho dentro das fábricas variavam de 14 a 16 horas diárias. Mulheres e crianças trabalhavam além de sua capacidade física, sem a mínima condição de higiene e segurança. Além dos salários serem extremamente baixos, os trabalhadores não tinham direitos a férias, aposentadoria, e se sofressem qualquer acidente dentro da fábrica, eram demitidos sem direito a nada.

O homem transforma-se em um escravo do tempo, submetido a leis abstratas e dominado pelo mundo das coisas.

Sendo assim, as condições em que a classe trabalhadora estava

⁵ Expansão Urbana: é o processo pelo qual os camponeses migram da zona rural para a zona urbana, com o objetivo de trabalharem nas fábricas buscando melhores condições de vida.

submetida, subsidiou na consolidação dos objetivos e expansão do capitalismo monopolista.

1.2. Capitalismo Monopolista

A tecnologia industrial avançou, a população cresceu, os movimentos imigratórios se intensificaram. No fim do século XIX, sobreveio a primeira Grande Depressão (1873-1896), que fortaleceu as empresas pela centralização e concentração do capital. Iniciou-se a nova fase do capitalismo, a fase monopolista ou financeira, que se desdobrou na exportação de capitais e no processo de colonização da África e da Ásia.

Segundo Mandel (1982, p. 412), capitalismo monopolista é:

[...] uma fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista em que um aumento qualitativo de concentração e centralização do capital leva a eliminação da concorrência dos preços de toda uma série de setores-chave da indústria, em que são feitos acordo monopolista, nos quais umas poucas empresas dominam completamente um mercado após o outro. O capital bancário se funde cada vez mais com o capital industrial, formando o capital financeiro, onde uns poucos e grandes grupos financeiros dominam a economia de cada país capitalista. Esses monopólios gigantesco dividem entre si os mercados mundiais de mercadorias-chave e as potências imperialistas dividem o mundo em impérios coloniais ou áreas de influência semicoloniais. Uma tendência a “regular” (isto é limitar) os investimentos e a produção nos setores monopolizados vigora a partir daí, a despeito do surgimento do superlucros monopolistas, de maneira que o excesso de acumulação leva a uma busca frenética de novos mercados para o investimento de capital, e daí ao crescimento da exportação de capital.

Na Segunda metade do século XIX, intensificou-se o processo de expansão imperialista e as causas desta expansão foram diversas. No entanto, todas se relacionam com o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países imperialistas.

O desenvolvimento industrial ampliou a demanda de matérias-primas, muitas das quais se reproduziam em condições mais vantajosas fora da Europa e

Estados Unidos, e ao mesmo tempo, o aumento da produção de artigos industriais ia ampliando a necessidade de mercados exteriores que consumissem os excedentes. Por outro lado, o crescimento das populações urbanas fez aumentar a demanda de alimentos, cuja produção na Europa havia diminuído pelo êxodo rural ou simplesmente, porque se tornara mais barato comprá-los em mercados externos.

Na análise de Mandel (1923, p. 43):

[...] O capital imperialista ou monopolista investido no campo das matérias-primas, que anteriormente havia conseguido apropriar-se não apenas de lucros coloniais, mas também monopolistas, teriam cada vez menos interesse em se limitar a produção de matérias-primas nas semicolônias. O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas abaixo do custo por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi-los, mas também pela produção nos próprios países subdesenvolvidos de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar das matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas. Assim, a reprodução da divisão do trabalho criada no século XIX está entrando em colapso vagarosa mas firmemente, face à súbita expansão da produção de matérias-primas e a uma alteração nas taxas diferenciais de lucro provenientes da produção de matéria prima e da produção de bens acabados.

Bruit (1987, p. 5), ressalta que:

[...] a este conjunto de processo denominou-se imperialismo comercial, na medida em que foi o comércio das matérias-primas, alimentos e bens manufaturados que estimulou os países industrializados a penetrar, controlar e dominar vastas regiões do mundo.

Lênin (1916) apud Berhing (1998, p. 31:32) em seu livro “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, destacava que:

[...] ainda que de forma um tanto esquemática e visando à luta política imediata, a passagem para uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, marcada pela monopolização da economia e por “um imenso progresso na socialização da produção” (1987, p.25), malgrado da enorme concentração da apropriação privada.

Neste contexto tem-se um vínculo entre o capital financeiro, os monopólios e representantes de governo, e a complementariedade entre monopólios privados

e monopólio estatal em alguns ramos de atividade. Assim, se interpenetram, não sendo mais do que elos da luta imperialistas entre os maiores monopólios pela partilha do mundo.

Boccaro (1971) apud Behring (1998, p. 34), colocam que:

[...] se reúnem o poder dos monopólios e de Estado num mecanismo único, destinado a salvaguardar, no máximo, os lucros da burguesia imperialista pela exploração da classe operaria e pela pilhagem de largas camadas da população.

Assim, podemos empregar que o Estado é aprisionado por uma nova modalidade, caracterizada pela defesa explícita do capital financeiro.

Nesse período, o Estado impulsionou a expansão, segundo os moldes mercantilistas. Na idade dos monopólios, o Estado que antes atuava como protetor das condições externas da produção capitalista, passa agora a intervir na organização e na dinâmica econômica de forma sistemática e contínua.

Isso significa dizer que as funções políticas do Estado passam a conectarem-se relativamente com suas funções econômicas, ou seja, é necessária uma nova modalidade de intervenção do Estado à demanda do capitalismo monopolista.

Essa nova modalidade exige que o Estado seja um condutor extra-econômico, para assegurar os objetivos especificamente econômicos e para garantir os superlucros dos monopólios.

Nesta perspectiva, a intervenção estatal em função dos monopólios é mais presente no campo estratégico.

Este Estado capturado pela lógica do sistema monopolista, passa a ser um Estado funcional que opera para garantir as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Segundo Braverman (1974, p.242):

[...] o poder do estado tem sido utilizado em toda parte pelos governos, para locupletar a classe capitalista, e por grupos ou indivíduos para locupletar-se si mesmos. Tendo o estado o poder de decretar impostos,

regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio e o transporte, a manutenção das forças armadas e o encargo da administração pública, tem servido como um aparelho para drenar a riqueza para as mãos de grupos especiais, tanto por meios legais como ilegais.

Com o capitalismo monopolista, este papel é grandemente ampliado e assume uma forma mais complexa e requintada.

O neocolonialismo, por sua vez, necessitava de mercados consumidores de manufaturados e fornecedores de matérias-primas, além das grandes potências buscarem colônias para a colocação de seu excedente populacional e de novas áreas de investimentos de capitais.

Grandes beneficiários do colonialismo, os banqueiros e industriais uniram-se, dando origem a grandes monopólios. O capitalismo preparava-se para entrar na fase financeira: as atividades produtivas comerciais foram submetidas às instituições financeiras através de empréstimos e financiamentos, e ainda, do controle acionário.

Sweezy (1973, p.297), enfatiza que:

[...] com o desenvolvimento dos bancos, com as relações cada vez mais íntimas entre e indústrias, aumenta a tendência, de um lado, para excluir a concorrência entre os bancos, de outro, para que todo o capital se concentre na forma de capital monetário e só chegue aos seus escoadouros produtivos através dos bancos. Em última análise, essa tendência levaria a uma situação na qual todo capital financeiro estaria à disposição de um banco ou grupos de bancos. Esse “banco central” exerceria então, o controle de toda produção social.

Assim, no final do século XIX, o capitalismo industrial transformou-se em capitalismo financeiro ou monopolista, e surgiram grandes conglomerados econômicos, que utilizavam toda a estrutura política nacional para conquistar e explorar as áreas coloniais.

O processo de produção data do mesmo período que o capitalismo monopolista, tendo como características:

- 1) A revolução técnico-científica, baseada na utilização sistemática da ciência para a mais rápida transformação da força de trabalho em capital, começa também, ao mesmo tempo;

- 2) A gerência científica e todo o movimento para a organização da produção em sua base moderna têm seu início nas últimas duas décadas do século passado.

Ao relatar essas duas facetas da atividade do capital estivemos, portanto, mencionando dois dos principais aspectos do capitalismo monopolista.

Tanto cronológica como funcionalmente, elas são partes do novo estágio do desenvolvimento capitalista, que advém do capitalismo monopolista.

A tendência do capital a aglomerar-se em imensas unidades resultou na empresa monopolista. Não apenas estava aumentando o tamanho das empresas em andamento acelerado, ao ponto de que umas poucas empresas começam a dominar atividade produtiva de cada uma das indústrias principais, mas ao mesmo tempo, as funções empreendidas pela gerência são ampliadas muito rapidamente.

Mas se a organização técnica foi a primeira exigência, foi logo superada pelo aparelho do mercadejamento. E foi este revolucionário enfoque mercadológico que serviu como base para a empresa monopolista.

Este quadro ficou mais complexo quando o taylorismo e o fordismo surgem e se consolidam em uma época em que a produção em massa é garantida por um mercado apto a absorvê-la como um todo.

Segundo Berhing (1998, p.100):

[...] O fordismo é uma superação/aprofundamento do taylorismo. Primeiro, porque ultrapassa as mudanças no processo de trabalho, gerando uma norma social de consumo e a institucionalização da luta de classes, por intermédio da negociação coletiva. Isto significa que o fordismo caracteriza um novo estágio da regulação no capitalismo, o do regime de acumulação intensiva. O fordismo articula produção e consumo. Em segundo lugar, seu princípio técnico é a cadeia de produção semi-automática, que intensifica ainda mais o processo de trabalho e a extração da mais-valia relativa, pela integração maior dos diferentes segmentos no processo. Constitui-se uma corrente linear, orientada em um só sentido, de matérias em processo de transformação dentro disso, generalizou-se o emprego da energia elétrica na indústria. Por outro lado, o fordismo leva a uma queda do custo de reprodução da força de trabalho, ao diminuir o valor unitário das mercadorias no Setor II. Um último aspecto é que, se o taylorismo diminuiu o controle operário do processo de produção, no fordismo tal perda de controle é total, já que a autonomia dos postos de trabalho é abolida, visto que está submetida ao ritmo da cadeia de máquinas.

A grande preocupação dos empreendimentos fabris durante esse período é ampliar as taxas de produtividade e reduzir os custos de produção. As indústrias de grande porte são uma das características desse processo à medida que refletem uma política de sucesso empresarial, baseada na ampliação da produção.

O resultado final é acumulação de capital.

Diante dessa afirmação, fica evidente que a constituição da organização monopólica viabilizou um objetivo primordial: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle de mercados.

Foi então, que a concentração e centralização do capital, sob as formas de combinação, começaram a firmar-se, conseqüentemente, as estruturas modernas da indústria e das finanças capitalistas começaram a tomar forma. Ao mesmo tempo, a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo, em esferas de influências econômicas ou hegemônicas inauguravam a moderna era imperialista.

O que interessa é o excedente do trabalho distribuído em novas formas de produção ou não produção, visto que foi deste modo que a estrutura ocupacional e, portanto a classe trabalhadora foi transformada. Impõe - se atentar agora, para as alternâncias industriais, os movimentos que alteram toda a divisão social do trabalho. Ao fazer este percurso, estamos acompanhando o curso do capital, e os atalhos pelos quais ele amostrou o trabalho. Alterações sociais nada mais são que os resultados da rápida acumulação do capital na era monopolista.

Dentre elas, podemos citar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia na relação metabólica entre homem e a natureza, conduzida pela lógica societária voltada prioritariamente para produção de mercadorias e para valorização do capital.

Desse modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como, as mudanças na estrutura do poder estatal.

A busca frenética por conquistas de colônias pelos países imperialistas teve como consequência um período de guerras e revoluções.

Bruit (1987, p.08), cita que:

[...] a idéia de que um país deve transformar-se em uma potência mundial não só está ligada à própria natureza do capitalismo como um sistema mundial, mas também se vinculou ao pensamento político de certos governantes, grupos de intelectuais e políticos nacionalistas em geral. Esta idéia de potência mundial tinha muito a ver com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu e a influencia que a nação podia e devia exercer no mundo.

Todo esse debate irá levar a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) que modificou, radicalmente, a economia internacional, afetando toda a estruturação social e técnica das economias européias, alternando assim, suas participações no mercado mundial, desqualificando várias delas como receptoras de capital.

A Primeira Guerra Mundial alterou assim, o panorama econômico do poder político, entre outras razões porque destruiu o equilíbrio entre impérios, tornando a Europa pouco atrativa para os próprios capitais europeus.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se a principal potência industrial do mundo. Sua produção industrial apresentava quase 50% de toda a produção mundial.

Esse grande crescimento estava relacionado ao impulso dado pela própria guerra mundial. Os países europeus, com sua produção praticamente parada durante o período da guerra, tornaram-se os principais clientes dos Estados Unidos.

Após a guerra, os países europeus fizeram grandes empréstimos e reconstituíram suas indústrias. Países como França, Inglaterra e Alemanha tiveram uma rápida estabilização e, em fins da década de 20, a produção industrial desses países já funcionava a todo vapor.

A crise econômica mundial explodiu com o colapso da Bolsa de New York, em 1929 que funcionava como grande termômetro econômico do mundo. O valor das ações de empresas e bancos caiu praticamente a zero. Milhares de indústrias foram à falência e milhões de trabalhadores perderam seus empregos.

Com a produção parada, os Estados Unidos viam-se impedidos de importar produtos, levando assim, outros países à falência comercial, entre eles o Brasil.

Assumindo o poder em plena crise Franklin Delano Roosevelt adotou um conjunto de medidas, conhecido como New Deal, com a intenção de tirar os Estados Unidos da terrível crise.

O New Deal planejava transformar os Estados Unidos, tentando respeitar a iniciativa privada e intervindo em alguns setores da economia. Destacando-se algumas medidas como:

- 1) O controle do governo sobre os preços;
- 2) A realização de obras públicas, com a finalidade de criar milhões de empregos;
- 3) E a criação do seguro-desemprego.

A política do New Deal foi bem sucedida e, ao final da década de 30, os americanos já estavam novamente disputando na produção mundial.

No período entre guerras, temos um movimento autoritário que exaltava a força, a violência, o nacionalismo e o antimarxismo, era contrário ao liberalismo e à democracia, movimento esse, conhecido como fascismo e que despontou na Itália.

Contudo, as nações que ficaram fora da primeira divisão do mundo, e perderam ou não conseguiram beneficiar-se da Primeira Guerra Mundial, as nações nas quais o capital teve menos oportunidades de expansão interna, começavam a se preparar para uma segunda guerra.

Destaca Sweezy (1973, p.355) que:

[...] A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como um todo, não foi, porém uma simples luta interimperialista pela divisão do mundo, como na primeira. Na realidade, foi composta de três guerras distintas que se fundiram apenas no sentido militar e, mesmo assim, de forma incompleta. A primeira dessas guerras foi a redivisão, como a de 1914-1918, com a Alemanha, Itália e Japão de um lado, e a Grã-Bretanha e Estados Unidos do outro; a segunda foi uma gerência entre o capitalismo e o socialismo, com a Alemanha de um lado e a União Soviética do outro, e a terceira, uma guerra antiimperialista de independência nacional da China contra o Japão.

Antes do fim da guerra em 1945, os países aliados, ou seja, a Inglaterra, a França, a União Soviética e os Estados Unidos, não se encontravam coesos. Temia-se que a União Soviética apoiasse os partidos comunistas, e influenciasse toda a região.

Iniciava-se assim, a Guerra Fria, um confronto diplomático entre as duas grandes potências no pós-guerra: Estados Unidos e União Soviética.

Segundo Hobsbawm (2000, p.224):

[...] a URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência - a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra - e não tentava ampliá-la com o uso da força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais.

Em 1947, guerrilheiros comunistas ameaçavam tomar parte da Grécia. Os Estados Unidos enviaram ajuda ao governo grego e à Turquia, para impedir a influência soviética na região.

O Secretário de Estado, George Marshall, anunciou que os Estados Unidos ajudariam economicamente os europeus para reerguer a Europa e barrar o avanço do comunismo.

O plano Marshall beneficiou também os Estados Unidos, pelo fato de fornecer bens de consumo e equipamentos à Europa Ocidental. Também criou uma integração econômica.

Diante dos conflitos entre países, criou-se a ONU (Organização das Nações Unidas), com objetivo de unir todas as nações e manter a paz mundial.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países puderam crescer, pois a Europa necessitava de ajuda econômica. Surgiram as multinacionais, e aumentou-se a oferta de empregos, principalmente no Terceiro Mundo.

A União Soviética, apesar de muito destruída após a guerra, se reergueu, organizou o comunismo e manteve países sob sua tutela para fortalecer o movimento comunista.

Neste contexto, tem-se o autofinanciamento dos grupos monopolistas para

garantir a fixação desse sistema. A classe trabalhadora é diretamente atingida, refletindo sua significativa exploração pela burguesia.

Essa natureza parasitária da burguesia leva a obtenção de benefícios a custa do esforço da classe trabalhadora, ou seja, através da exploração dessa classe, o lucro produzido é apoderado pela burguesia que detém os meios de produção.

É no contexto da emergência do monopolismo que se efetiva a questão social quando os trabalhadores começam a contestar a realidade em que estão submetidos, ou seja, neste processo de desenvolvimento do capitalismo, é o momento em que se agudiza a questão social, no âmbito do projeto societário proletário. E após a Segunda Guerra Mundial se efetiva uma questão social menos politizada no contexto da social democracia e do *welfare state*.

1.3. Questão Social

A expressão questão social começou a ser utilizada, por volta de 1830, e constitui-se em torno das grandes transformações econômicas, sociais e políticas, ocorridas na Europa e desencadeadas pelo processo de industrialização.

A classe de trabalhadores era fragmentada, alienada e com um olhar caótico, submisso ideologicamente ao capitalista, ou seja, uma “classe em si”.

Nas sociedades pré-industriais, estavam presentes, inúmeras maneiras de regulação dos trabalhadores, que Castel (1998, p.31) denominou:

[...] “social-assistencial”, mas também intervenções públicas através das quais o Estado desempenhava o papel de fiador da manutenção da organização do trabalho e de regulador da modalidade dos trabalhadores.

Essas intervenções públicas iam da assistência aos indigentes até a repressão da vagabundagem, que segundo Castel (1998, p.31:34):

[...] expressa e dissimula, ao mesmo tempo a reivindicação fundamental do livre acesso ao trabalho, a partir do que as relações de produção vão se definir em nova base..., a questão social se põe explicitamente às margens da vida social mas “questiona” o conjunto da sociedade.

A condição de pauperismo em que a classe trabalhadora estava submetida era considerada como natural pelo pensamento burguês e conservador, conferindo-lhes como moralizante e/ou repressora. Vale ressaltar que uma parcela significativa da burguesia considera até hoje os problemas sociais como naturais e despolitizados.

A partir da segunda metade do século XIX, o social começa ganhar destaque, contribuindo para que a naturalização da miséria fosse politicamente contestada, pois, até então, a pobreza não era considerada como um “problema” ou como um “fenômeno disfuncional” para a vida das sociedades, capaz de merecer algum tipo de consideração política.

Com os novos atores sociais e as novas organizações políticas da classe trabalhadora, há uma real ameaça à coesão social, tornando-se necessário estabelecer formas institucionais de natureza não mercantil, que deverão manifestar os deveres do Estado e os direitos dos cidadãos.

A condição social da classe trabalhadora não podia ser tratada com mais trabalho e nem com caridade. Isso levava a um questionamento da nova ordem social e econômica, ameaçando as relações de interdependência entre capital e trabalho.

Através de lutas sociais, rompe com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, fazendo com que as demandas se politizem e configurem-se em questão social.

Não obstante, Lênin (1959) apud Nun (1978, p.20) destaca que essa:

[...] consciência não surge do proletariado, mas da burguesia intelectual. É a partir dos cérebros de alguns membros isolados dessa camada social que o moderno socialismo emergiu; esses intelectuais transmitiam por sua vez, suas idéias a alguns proeminentes líderes operários, para o seu próprio desenvolvimento intelectual. Esta vanguarda proletária posteriormente disseminará esse conhecimento no interior das lutas de classes, na medida em que as condições o permitam, de modo que a consciência socialista é algo introduzido na luta de classe de fora para dentro e não, algo que nela surja espontaneamente.

Os trabalhadores adquirem consciência, ao longo de uma trajetória de conquistas e derrotas durante as lutas operárias, que é construída na vida cotidiana do proletariado, a partir do momento em que eles se reconhecem como sujeitos de direitos.

A questão assentou-se basicamente na tomada de consciência, por parte da classe trabalhadora, de um conjunto de novos problemas, vinculados às modernas condições de trabalho urbano, e do pauperismo⁶ como fenômeno socialmente produzido.

Iamamoto (2000, p. 77) define que:

[...] questão social não é senão, as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe, por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Ressaltando ainda que:

[...] é fato conhecido que historicamente a questão social tem haver com a emergência da classe operaria e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial pelo Estado. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho-consubstanciados em serviços e políticas sociais, o que, nos países centrais expressou-se... no Estado Social. (IAMAMOTO, 2001, p.47)

Não contraditória a essas concepções, temos a de Netto (2001, p.59), destacando que a questão social:

[...] não se trata somente da politização das demandas..., trata-se de visualizar a sua solução como processo revolucionário. Isto é: a questão social é colocada no seu terreno específico, o do antagonismo entre o capital e o trabalho, nos confrontos entre seus representantes; é

⁶ Pauperismo é resultado da organização capitalista do trabalho, não apenas como resultado da distribuição da renda – mas da própria produção – e portanto das relações entre as classes - ,atingindo a totalidade da vida dos indivíduos sociais, que se afirmam como inteiramente necessitados [...] material quanto espiritualmente (IAMAMOTO, 2001, p.16).

colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionário por agentes que se auto-organizam, preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios.

Portanto, questão social é uma categoria que expressa a contradição do modo capitalista de produção. Esta contradição é construída na produção e apropriação da riqueza socialmente geradas, ou seja, a riqueza é produzida pelos trabalhadores e apropriada pelo capitalista.

Esta situação, oriunda do sistema capitalista, se encontra presente na maioria da população, que, só tem na venda de sua força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência.

Neste sentido, segundo Potyara (2003, p.43), fica claro que no século XIX:

[...] a industrialização, acompanhada da urbanização, constituiu o processo desencadeador da questão social, no qual as relações sociais e econômicas pré-industriais foram substancialmente desmanteladas pelo avanço das forças produtivas que respondem, primariamente, pelas mudanças estruturais. A pobreza resultante desse processo não constituiu em si a questão social, como é comumente entendido, e nem construiu em nenhum outro momento histórico. Ela foi (e é) a pré-condição estrutural da questão social que, para ser explicada como tal, precisou ser politicamente problematizada por atores sociais dotados de poder de pressão e capacidade de ameaçar a coesão do sistema. Sem essa problematização, a pobreza, o desemprego, a “exclusão social”, mesmo produzindo efeitos deletérios e devastadores sobre a humanidade, não constituirão a questão social na sua inteireza.

A classe proletária, como força política, através de reivindicações de seus direitos, exige um intervencionismo estatal. Como resposta, o Estado cria mecanismos extra-econômicos e políticos, atendendo às necessidades do capital, incorporando parte das demandas e reivindicações da classe trabalhadora.

Para o pensamento conservador em face das reivindicações dos trabalhadores é preciso um sistema moral que assegure a “ordem”, ou seja, que identifique as lutas políticas como indícios de uma “desordem” que deve ser combatida.

Assim, a consideração moral da questão social tem como objetivo a conservação da ordem social.

É importante ressaltar, que a Igreja Católica se posiciona ao mesmo tempo,

como anticomunista e antiliberal, colocando o socialismo e o liberalismo como uma opção, ou seja, como uma “terceira via” primordial para o desenvolvimento do capitalismo.

Como analisa Iamamoto e Carvalho et al. (1982) apud Barroco (2003):

[...] A Igreja “deixa de se antagonizar ao capitalismo para concebê-lo através de uma terceira via – em que o liberalismo é substituído pelo comunitarismo ético cristão -, passa a localizar na vanguarda socialista do movimento operário seu principal inimigo. Radicaliza-se a postura anticomunista da hierarquia e do movimento laico. O eixo principal de sua atividade de propaganda e proselitismo será, crescentemente, uma intensa campanha ideológica em que se procura vincular o comunismo às idéias de miséria e barbárie. Ver-se-á no laicismo e liberalismo os germes do socialismo totalitário”.

Por conseqüência, a Igreja Católica, seguindo as diretrizes emitidas pelas encíclicas Papis Rerum Novarum de quadragésimo ano prega a aliança entre patrão e empregados; os patrões deveriam ter consciência cristã, não explorar seus empregados, pagar-lhes o preço justo por seus serviços; os empregados, por sua vez, deveriam se conformar com o lugar que Deus lhes deu, pois o trabalho e o homem contribuem para o engrandecimento da sua pátria. Além disso, o que não lhes foi dado nesta vida, receberão com abundância no céu. “Deus poderia ter feito rico todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados”. (B. GEREMEK, 1987, apud CASTEL, 1999).

Todavia é confirmado, que a Igreja Católica não contraria os interesses do capital, mas reforça e contribui na indicação dos princípios capitalistas nos trabalhadores.

Pregava ideologicamente, que os ricos fizessem a caridade para pagar os seus pecados. Logo, os pobres, ficavam submetidos às suas “obras de misericórdia”.

Este modo de enfrentamento da questão social por parte da Igreja não tem um caráter revolucionário, mas busca fazer com que o trabalhador aceite sua posição e até orgulhe-se dela.

Nesse enfrentamento da questão social, encontramos também junto ao

Estado, que tem por objetivo o consenso social, a manipulação e a reprodução da força de trabalho.

Em oposição a esse projeto da classe trabalhadora, tem-se a burguesia com um projeto alternativo, cujo objetivo é abordar a questão social, tal como se põe na emergência do monopólio, com um enfoque despolitizador.

A burguesia busca deslocar a questão social do campo político e torná-la ílesa de ações políticas, com um enfoque despolitizador, ou seja, combater a questão social, sem mudar a ordem social e sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Esse processo é o que Netto (2001) diz como sendo “um reformismo para conservar”.

Esse “reformismo” vem para adequar a nova realidade da classe trabalhadora no perfil da ordem estabelecida pelo sistema capitalista, que propõe mudanças, cuja viabilidade é o aval da sua legitimidade.

Por trás das políticas sociais, temos a intervenção estatal sobre a “questão social” que se realiza de forma fragmentada e parcial. Essa é uma lógica que deve ser seguida a risco, pois, enfrentar a “questão social” como problemática de uma totalidade é transpô-la para a relação capital/trabalho.

Segundo Netto (2001, p.33) :

[...] as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas.

Ao fazer isso, a ordem burguesa entraria em colapso. Portanto, a intervenção do Estado burguês, no capitalismo monopolista deve ser recortada e considerada como uma problemática particular.

De tal modo, Netto (2001, p.33) afirma que:

[...] a intervenção Estatal sobre a questão social se realiza... fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa.

O tripé - Estado/Capital-Trabalho/Questão Social - permite o estabelecimento de uma negociação triangular, ou seja, de um lado, os donos dos meios de produção “possibilitam” que os trabalhadores se organizem e criem instrumentos políticos, exigindo seus direitos sem que mudem a ordem social estabelecida. Do outro lado, tem-se o Estado com o papel regulador dos conflitos entre essas classes, que irá, através do surgimento das políticas sociais, intervir nas expressões da questão social.

Esse Estado capitalista, através de um processo de reformas, irá se constituir como eixo condutor para as bases de um Estado Social, que possibilitará conciliar aspectos econômicos e sociais.

CAPÍTULO II

2 ESTADO NO CAPITALISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

2.1 Estado e Políticas Sociais

Política social não é um tema que pode ser abordado isoladamente. Compreender qualquer parte das políticas sociais significa analisá-la em um contexto mais amplo das políticas econômicas da Questão Social e, especialmente, do Estado.

As políticas sociais se expressam no aparelho do Estado como forma de enfrentamento entre as diferentes forças sociais em luta na defesa de seus interesses.

Elas surgem na medida em que as expressões da questão sociais entram na agenda estatal, em determinada conjuntura histórica, carregando consigo um grau de consciência e de organização sócio-política.

Vale ressaltar que as políticas sociais não refletem a problematização de todos os fenômenos sócio-políticos e econômicos, pois são apenas umas das expressões do processo desta problematização.

O Estado nasce da necessidade de conter os antagonismos das classes que a sociedade se mostra impotente em conciliar. A existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

Emergindo de questionamentos da experiência humana em diferentes épocas e contextos, aparecendo de modo complexo e desigual nas relações entre os diferentes protagonistas da história, o Estado comparece como exigência histórica, para gerir os conflitos sociais e econômicos, para evitar a “guerra de todos contra todos” (HOBBS, 1651).

A discussão teórica sobre Estado é muito ampla, sendo impossível explanar neste trabalho. Abordando de maneira breve apenas a título de apontamentos, pois consideramos importante evidenciar o pensamento teórico a

respeito do Estado, pois esses pensadores influenciaram a concepção do Estado moderno, destacamos o período entre os séculos XIV e XVII, no qual, tem-se uma intensa discussão sobre o papel do Estado com pensadores como, Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau.

Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”, buscava uma abordagem racional do exercício do poder político, por meio do Estado. Para ele, o Estado era visto como “mediador civilizador”, ou seja, era necessária a constituição de um poder central, supremo e soberano. A concepção moderna de Estado, na forma em que hoje é utilizada, surge nesta obra.

[...] é necessário a um príncipe, para se manter, que aprenda a poder ser mau e que se valha ou deixe de valer-se disso segundo a necessidade... o príncipe é aquele que tem a capacidade de perceber o jogo de forças que caracteriza a política para agir com energia afim de conquistar e manter o poder. (ARANHA, 1993, p.204).

Na época do Renascimento¹, a concepção de Estado sofre uma mudança radical, ou seja, desvincula-se da Igreja deixando seu fundamento divino e a ruptura com o feudalismo e a supremacia papal, que vão dar lugar à propriedade privada e ao mercantilismo², caracterizado pela transferência para o Estado do controle das atividades econômicas, que eram exercidas pela Igreja.

O Estado interferia na concessão de monopólios, estabelecia salários e preços, administrava moeda, estipulava tarefas e enfrentava o problema do desemprego mediante filantropia.

Em 1651, Thomas Hobbes, em “O Leviatã” preconiza a necessidade de um

¹ Renascimento: o crítico de arte Giorgio Vasari foi, muito provavelmente, a primeira pessoa a usar a palavra Renascimento - isto em 1550 -, para designar uma situação inteiramente distinta da Idade Média. “ Vasari fazia a síntese de todo o movimento de idéias que se enriquecera e precisara desde Petrarca e no qual ele próprio crescera: idéias de despertar, de ressurreição, de regeneração, de passagem das trevas à luz, nas letras, nas artes, nas ciências, no exército, na plástica, a idéia de Renascimento. Foi um grande movimento cultural e científico iniciado no século XIV e que transformou a visão de mundo dos europeus. Essa nova cultura que se contrapunha à cultura medieval, iniciou – se, segundo alguns historiadores com o escritor italiano Francesco Petrarca, que valorizava ao máximo a cultura clássica greco-romana, grande fonte inspiradora do Renascimento. É justamente por causa dessa inspiração que o movimento recebeu esse nome, afinal, tentou fazer “ renascer” a cultura clássica.

² Mercantilismo: baseia-se no conceito de que, quando alguém ganha, alguém perde. Está implícita nessa noção a idéia de que a riqueza é uma grandeza definida, de que a maior riqueza de uma nação só poderia existir como fruto da pobreza de outras nações. A quintessência dessa doutrina é a crença de que existe um conflito irreconciliável entre os interesses das várias classes de um país e, mais ainda, entre os interesses de qualquer país e os de todos os outros países.

governo centralizador para evitar “a luta de todos contra todos”.

Tem-se um contrato social onde cada indivíduo renuncia, em favor do Estado, seus direitos e sua liberdade individual em favor do soberano, do monarca absoluto.

[...] a autoridade sobre todos os indivíduos é a “suprema autoridade coercitiva”, não importa se o poder soberano é exercido por um homem ou um grupo. O soberano coloca-se acima da lei, sendo sua fonte, e mantém o controle das forças armadas, o poder sobre toda a propriedade e o controle da opinião pública. Tais atributos é que lhe garante a supremacia, sem a qual “o contrato social perderia a imperatividade, retornando-se assim ao estado de guerra”. (SILVA, 1992, p.29).

John Locke, em 1690 em seu livro “O segundo tratado do governo civil” coloca que o poder tem origem num pacto estabelecido pelo consentimento mútuo dos indivíduos que compõem a comunidade, no sentido de preservar a vida, a liberdade e, sobretudo, a propriedade.

[...] Propugna... pela unificação da nação em torno de um interesse comum, a par da limitação da soberania – da onipotência dos príncipes, dos abusos do rei, da exorbitância no uso do poder – como primeiro objetivo do homem racional. Locke defende a abolição das soberanias tal como tinha sido compreendida até então, propondo a sua substituição pela divisão de poderes entre legislativo e executivo, o novo monarca constitucional. (SILVA, 1992, p.29)

No século XVIII, Jean Jacques Rousseau, defende a importância do “estado civil” ao procurar demonstrar a oposição entre a natureza e a sociedade, entre a liberdade natural e a liberdade civil.

Para ele, o homem perde a liberdade natural, mas ganha a liberdade civil e o direito à propriedade.

Apenas um Estado de direito, fundado nas leis definidas pela vontade geral, seria capaz de limitar os extremos de pobreza e riqueza presentes na sociedade civil e promover a educação pública para todos, meio decisivo para a livre escolha.

[...] a tese central é a da soberania da “vontade geral”. Não se trata meramente do bem-estar comum, nem do reconhecimento, pelo indivíduo, de seus direitos e deveres. É a vontade da comunidade como um todo, que se distingue do desejo individual. Admitindo-se a soberania da vontade geral “que é sempre boa”, a oposição a ela só pode ser entendida como a ação de dissidentes minoritários. A verdadeira liberdade não existe no despotismo nem num sistema de direitos naturais invioláveis. Só pode ser atingida em uma comunidade unida em torno de um único propósito. (SILVA, 1992, p.30).

Já no século XIX, podemos destacar Marx e Engels, para os quais o Estado vai se configurando à medida que estuda as ligações sociais, políticas e econômicas das forças produtivas e das relações de produção em seu desenvolvimento capitalista, ou seja, o Estado é a ordem jurídica e política que regula um sistema de dominação de uma classe social por outra.

[...] O Estado é um órgão da classe dominante... se constitui fetichizado, pois tende a aparecer, na consciência e na prática das pessoas, sob uma forma abstrata, como um ato de vontade coletiva ou como a forma externa da sociedade civil... o Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses, sob a máscara da “justiça” e da “soberania popular em base de igualdade”. Enquanto superestrutura da sociedade – jurídica e política – o Estado constitui-se no poder organizado de uma classe em sua relação com as outras. (SILVA, 1992, p.33).

O Estado não está fora do conjunto da sociedade, mas se expressa no antagonismo social, pois é produto dessa mesma sociedade. “O Estado se funda na contradição entre o público e a vida privada, entre o interesse geral e o particular”. (OLIVEIRA, 1985 apud SILVA, 1992, p.33)

Segundo Ianni (1979) apud Silva (1992, p. 33):

[...] Marx não elaborou uma interpretação do Estado capitalista, pelo fato de não a encontrarmos sistematizada em alguma obra específica. Nos vários passos de sua análise, “a sua concepção de Estado vai se explicitando ou desenvolvendo à medida que estuda as imbricações ou os desdobramentos sociais, políticos e econômicos das forças produtivas e das relações de produção, em seus desenvolvimentos especificamente capitalistas”.

No século XX, Gramsci tendo por base Marx, defende que, o Estado exerça o poder total sobre a sociedade, representado pelo bloco histórico no

exercício deste poder. É entendido como um conjunto de forças que interagem em duas instâncias: sociedade civil e sociedade política, estando intimamente articuladas.

Essas duas instâncias compõem a estrutura do Estado que Gramsci denomina de: a infra-estrutura corresponde à base econômica da sociedade, suas forças materiais, seu conteúdo. E a super-estrutura corresponde à ideologia à visão global do mundo.

Essas duas instâncias, apesar de comporem a mesma estrutura, são dialéticamente opostas mantendo uma estreita dependência.

Neste conjunto complexo e contraditório temos a hegemonia, que segundo Gramsci, assegura a coesão do bloco sustentando-se em uma nova concepção de mundo e caracterizando-se pela capacidade da classe em ascensão de assumir a direção do conjunto da sociedade apontando soluções concretas para seus problemas.

[...] uma classe é hegemônica quando é capaz de elaborar sua própria visão de mundo, ou seja, um sistema convincente de idéias pelas quais conquista a adesão até da classe dominada... impede a tomada de consciência... Não tendo sua própria consciência de classe, permanece desorganizada e passiva, e as eventuais rebeliões não modificam a situação de dependência. Por isso Gramsci considera a necessidade de os elementos das classes populares continuarem organicamente ligados à sua classe de forma a elaborarem, coerente e criticamente, a experiência proletária por meio de seus próprios intelectuais orgânicos. (ARANHA, 1993, p.265)

O Estado deve ser percebido como um fenômeno histórico, cuja compreensão, só é possível a partir da identificação dos contornos estruturais e conjunturais das formações sociais concretas que lhe dão sustentação, ao mesmo tempo em que são por ele reproduzidas.

Na sociedade capitalista, de um modo geral, o Estado aparece corporificando interesses contraditórios, privilegiando em última análise, os mecanismos de expansão e acumulação de capital, que assumem formas diferenciadas conforme o momento histórico e que determinam a apropriação profundamente desigual da riqueza coletivamente produzida.

Ante as diversidades que configuram o Estado moderno, consideramos o

mesmo como uma arena de conflitos de forças sociais, pois é neste espaço que os grupos, frações e classes sociais fazem o embate político em defesa de interesses particulares e coletivos, incorporando demandas advindas da questão social.

O Estado, embora orgânico ao capital, vê-se obrigado pelo poder de pressão das classes subalternas, a incorporar, ainda que subordinadamente, alguns de seus interesses, desde que não afetem aqueles da classe capitalista como um todo, interesses esses que são configurados em políticas sociais, que serão discutidos à frente.

Na sociedade do modo de produção capitalista, podem-se configurar três momentos distintos do Estado, de acordo com o desenvolvimento do “capitalismo”. Essas circunstâncias do Estado respondem de forma distinta à questão social, portanto configuram a partir deles, diferentes concepções de políticas sociais. Trata-se do Estado Liberal, Estado de Bem-Estar Social e Estado Neoliberal.

2.2 Estado Liberal

Estado que baseou-se em uma doutrina que serviu de substrato ideológico as revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII, culminando com a luta pela independência dos Estados Unidos. (Trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, reflexo na América dos ideais liberais iniciados pela Revolução Gloriosa em 1688, na Inglaterra):

[...] Nós temos por testemunho as seguintes verdades: todos os homens são iguais: foram aquinhoados pelo seu criador com certos direitos alienáveis e entre esses direitos se encontram o da vida, da liberdade e da busca da felicidade. Os governos são estabelecidos pelos homens para garantir esses direitos, e seu justo poder emana do consentimento dos governados. Todas as vezes que uma forma de governo torna-se destrutiva desses objetivos, o povo tem o direito de mudá-lo ou de abolir, e estabelecer um novo governo, fundando-o sobre os princípios e sobre a forma que lhe pareça a mais própria para garantir-lhe a segurança e a, felicidade.

Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, o liberalismo surgiu, gradativamente, como uma forma de oposição às monarquias absolutas e ao seu correspondente regime econômico, o mercantilismo, defendendo assim:

A mais ampla liberdade individual;

- 1) A democracia representativa com separação e independência entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário)³;
- 2) O direito inalienável a propriedade;
- 3) A livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e de gerar o progresso social.

É ilustrativo lembrar que quando Luís XIV, preocupado com a má performance econômica de seu reinado, perguntou ao seu ministro da Fazenda que medidas deveriam adotar para conter a crescente insatisfação popular, ouviu como resposta: *Laissez faire, Laissez passer!* Essa expressão significa apenas: não impeça aos outros de produzir, não impeça a circulação de mercadorias. Enfim, não conceda privilégios.

[...] Um Estado Liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza-se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada às classes possuidoras... O Estado Liberal foi posto em crise pelo progressivo processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio até o sufrágio universal. (BOBBIO, 1994, p.07:08)

O liberalismo mais tarde veio a ser considerado uma “exploração dos mais pobres”, as grandes beneficiárias de seu advento foram as massas. Seu principal mérito é ter possibilitado um crescimento populacional sem precedentes na história da humanidade, acompanhado de um aumento na expectativa de vida e no conforto material. O inegável progresso econômico diminuiu a mortalidade

³ O Estado impõe a divisão dos três poderes a fim de delegar a diferentes órgãos a criação das leis (Legislativo), a aplicação das leis (Executivo), e a fiscalização delas (Judiciário). Estes poderes têm como objetivo primordial, balancear e organizar a sociedade. “A divisão de poderes, por ser na essência técnica acauteladora dos direitos do indivíduo perante o organismo estatal, não implicava necessariamente em determinada forma de governo e tanto podia comparecer-se com o Estado democrático como também, com a monarquia constitucional”. (BONAVIDES, 1972, 10)

infantil, criou empregos, aumentou a produtividade, possibilitou a sobrevivência de um grande número de pessoas que estavam fadadas a morrer por inanição, miséria e doença. A humanidade ganhou anos de vida, com mais conforto.

Nesse momento, não havia controle e nem imposto sobre a renda; não havia restrição dos movimentos de pessoas e de capitais; não havia Banco Central e as moedas tinham seu valor equivalente em ouro, não havia inflação; o recrutamento nacional era mínimo e raro, e jamais, uma medida de sustentação de guerra. Tudo isso se modificaria.

Mas, esse desenvolvimento entra em crise, em razão de sua incapacidade de sustentar o crescimento econômico, e também, por não conseguir manter a ordem social.

Algo em comum surgia no seio dos debates teóricos de então: as políticas econômicas de corte liberal, até então predominantes, já não se tornavam adequadas para permitir o pleno desenvolvimento do processo econômico, as políticas de "*Laissez faire*" que asseguravam os mecanismos de livre mercado, não davam conta dos objetivos macroeconômicos de crescimento estável, abrindo espaço para um vasto campo teórico sobre o papel do Estado nas economias capitalistas.

Neste momento, é importante situar os profundos abalos sofridos pelas economias capitalistas em suas estruturas produtivas, financeiras e comerciais, provocados pela Crise de 1929-1933 que iriam induzir as grandes transformações no planejamento das políticas econômicas dos sistemas capitalistas, gerando falências, desempregos, inflação, geradores de graves tensões sociais.

O período de recuperação que começa projetar-se nos anos 30 é interrompido pela guerra, fazendo com que a maioria dos Estados Nacionais Europeus só enveredem num processo de recuperação no final dos anos 40.

No âmbito político, as disputas internacionais pelo poder com intensos apelos nacionalistas, fazem desenvolver tensões políticas que culminariam com a explosão da Segunda Guerra Mundial no final dos anos 30.

[...] No século XIX, podemos notar claramente os dois sentidos ao movimento, que até hoje dilacera o pensamento liberal: a permanência

do liberalismo conservador que defende a liberdade, mas não a democracia (ou seja, não é um liberalismo com aspirações igualitárias); e o liberalismo radical que, além da liberdade, defende a igualdade. É este último liberalismo que, nas formas mais extremas, se aproxima, no século XX, das concepções do Estado de bem-estar social e do socialismo liberal. (ARANHA, 1993, p.229)

A passagem do Estado Liberal para o Estado de Bem-Estar Social não pode ser entendida como uma ruptura com as tradições do liberalismo, mas como continuidade, pois, se mantém neste novo Estado, a tradição jurídica do ordenamento liberal. “É nas décadas de 20 e 30 que o Estado começa a intervir de forma marcante na produção e distribuição de bens, o que implica uma forte tendência em direção ao Estado de Bem-Estar Social”. (ARANHA, 1993, p.260)

O Estado de Bem-Estar Social vai se transformando gradativamente em suporte da ordem social. Em vez da mera garantia formal de direitos, este Estado tem de inserir em sua atuação os interesses em conflito, em torno de maior justiça distributiva.

2.3 Estado de Bem-Estar Social

Para caracterizar o Estado de Bem-Estar Social, exige imprescindivelmente, recuperar historicamente as origens do Estado Providencial.

Em 1871, a partir da Unificação Alemã e o surgimento do Primeiro Império, Otto Von Bismarck inaugurou o primeiro sistema previdenciário estatal. Abrangia categorias de trabalhadores, a partir de contribuições compulsórias.

Este sistema baseou-se no seguro caracterizando uma política social incondicional.

Segundo Potyara (1998, p. 63):

[...] Isto é, uma política que, por privilegiar o status de cidadania como uma prerrogativa de todos, ultrapassa a visão contratualista de proteção social e vai englobar e proteger, como um dever do Estado, o pobre, o incapacitado para o trabalho, o desempregado e o redundante (expulso em definitivo do mercado de trabalho).

Enquanto, o conceito de seguridade social é por excelência contratual, o conceito de previdência social extrapola este enquadramento.

Além do contrato individual e da autoprevisão do segurado, a seguridade social engloba formas de proteção que, identificadas com a Assistência Social e com as políticas sociais universais, não pressupõem engajamento do beneficiário no mercado de trabalho.

Teixeira (1997, p. 37:38) apud Potyara (1998 p. 63) colocam que, “qualquer cidadão, pelo fato de ser cidadão, tendo necessidade de ser protegido por este sistema, faz jus aos benefícios. Cabe ao Estado organizar a pauta dos benefícios e prover a forma de financiá-los”.

O seguro social foi importante porque provocou regulação nas relações sociais, uma nova relação entre cidadãos e Estado, e novos aspectos de finanças e administração, além de ter aberto também, perspectiva para o Estado de Bem-Estar Social.

Entre o final do século XIX e a metade da década de 20, em quase todas as nações da Europa Ocidental, os trabalhadores já haviam conquistado o direito de votar e de serem votados, sistema de saúde pública, direitos previdenciários (seguro contra acidentes, aposentadoria, pensões...), a universalização de ensino público e gratuito e outros direitos sociais.

A jornada de trabalho foi reduzida de uma média de 72 horas para 48 horas semanais e os salários praticamente dobraram ao longo desse período.

Essas transformações ampliaram o Estado tanto em sua base representativa, inicialmente, com a participação eleitoral dos trabalhadores e, depois, das mulheres – quanto em suas funções econômicas e sociais.

Além de proteger os direitos dos proprietários, as instituições estatais passaram a garantir, complementarmente, os direitos sociais dos trabalhadores. Com isso, os Estados Nacionais Noruega, Suécia, Dinamarca, Bélgica, Inglaterra, entre outros, passaram a intervir cada vez mais, nas relações entre capital e trabalho, que segundo Abreu (1999, p.37), ocorreu, “por meio de novas leis e instituições de políticas públicas provedoras de serviços sociais, financiados pela criação de novos impostos (principalmente sobre renda, capital, salário e consumo de massas)”.

Essas novas políticas de regulação socioeconômica romperam com o liberalismo econômico e com a imagem de um Estado inimigo dos trabalhadores. A repressão policial foi amplamente reduzida, dominantes no século passado, e iniciaram uma gradual integração dos trabalhadores à ordem social e política do capitalismo.

Temos, assim um delineamento do futuro Estado de Bem-Estar, cujo avanço foi interrompido pela reação nazifascista, inimiga dos pactos de democratização da ordem e das conquistas de direitos políticos e sociais pelos trabalhadores, e também, pela profunda crise econômica iniciada em 1929 e pela Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945).

Em plena Segunda Guerra Mundial (1942), Willian Beveridge instituiu o plano Beveridge que incluiu no sistema de seguridade social todos os cidadãos e todas as necessidades sociais da vida moderna.

Este Plano Beveridgiano pressupõe a formação de um sistema complexo e completo de proteção social na ausência do salário decorrente do emprego.

Por conseguinte, baseou-se na teoria a doutrina de Marshall, incorporando na categoria de direitos, além dos civis e políticos, os serviços sociais, privilegiando o Estado de Bem-Estar Social como a instituição diretamente responsável por estes serviços, considerados, desde então, como direitos sociais.

Desta forma, o Estado de Bem-Estar Social consolida-se no marco da questão social, possuindo uma conotação histórica, institucional e normativa muito específica, que o diferencia nas formas de enfrentamento da pobreza.

Este tipo de Estado configura-se em formas diferentes, em diferentes lugares e distintas concepções teóricas.

Geralmente, considera-se que o Estado de Bem-Estar Social é sintetizado por Keynes no início do século XIX, que defendia o fim do “laissez-faire” e a construção e uma nova via distinta do arranjo liberal e do chamado socialismo de Estado.

Segundo Leal (1990, p.04):

[...] o *Welfare State* se consolida no pensamento Keynesiano, que representara o elemento que faltava para legitimar e organizar a nova política econômica. Praticando uma política anticíclica, enquadrando e reforçando a pura economia de mercado, esse Estado poderá racionalizar a economia em seu conjunto e orientá-la no sentido do Bem-Estar geral.

Os pressupostos keynesiano que garante a sustentação às sociais-democracias não gera o conflito de classe e o modo de produção, mas o projeto reformista assentado na idéia de crescimento e distribuição.

É importante destacar as amplitudes e os limites deste Estado Keynesiano. Para Keynes, as amplitudes eram as necessidades de uma via, por meio de Estado, que garantissem serviços sociais universais, extensão da cidadania, fortalecimento de um umbral sócio econômico considerado condigno pela sociedade, e o pleno emprego para assegurar mão-de-obra, afim de que esta pudesse proporcionar poder de compra de bens e serviços, com os salários conseqüentes do trabalho. Não houve dúvidas em aumentar os gastos públicos, para dar serviços aos desempregados.

Os limites foram caracterizados por Keynes contrariando o *laissez-faire*, valorizando o papel do Estado para criar auxílios e serviços tecnicamente sociais, controlar a moeda, o crédito, a poupança, a mão-de-obra e os juros.

As teorias Keynesianas adaptaram-se inteiramente à lógica fordista. O Keynesianismo tornou-se sinônimo da racionalidade do Estado desenvolvimentista e provedor do bem-estar, rompendo com o liberalismo clássico⁴ ao declarar que não há equilíbrio natural e automático no capitalismo.

Para tanto, era necessário que o Estado regulasse os investimentos econômicos e sociais conforme a renda excedente, disponível e tributável, procurando obter um equilíbrio entre produção, emprego, renda e consumo de massa, mas sem deixar de garantir a lógica do capital.

É importante ressaltar, que não se pode atribuir a concepção de Estado de Bem-Estar Social a Keynes, porém, foi ele o pensador econômico que mais

⁴ Rompimento com o liberalismo clássico: o mercado não é auto regulável. Não há igualdade entre produção e demanda, nem entre poupança e investimento. Nem toda renda é consumida, por causa da propensão capitalista à acumulação, ao entesouramento, a poupança, a preferência pela liquidez. A moeda não é meio neutro de troca, mas reserva de valor. O objetivo da economia capitalista é o lucro e reprodução do capital, não o consumo. (SILVA, p.59).

avançou nestas reflexões, proporcionando aos dirigentes de Estados nacionais, as ferramentas teóricas para planejarem o desenvolvimento capitalista com geração crescente de empregos e, quando necessário, com distribuição de renda e bem-estar.

As diversas concepções a cerca do Estado de Bem-Estar Social deparam-se com visões distintas de conceber, concretizar e implementar as políticas sociais no âmbito da questão social.

Pereira apud Fraser apud Stein (2000, p.138), define o Estado de Bem-Estar Social como sendo:

[...] o sistema de organização social que procura restringir as livres forças do mercado em três principais direções: a) garantindo direito e segurança social a grupos específicos da sociedade, como crianças, idosos e trabalhadores; b) distribuindo de forma universal serviços sociais como saúde e educação; c) transferindo recursos monetários para garantir a renda dos mais pobres em certas contingências como a maternidade, ou em situação de interrupção de ganhos devido a fatores como doença e desemprego.

De acordo com a citação, o Estado de Bem-Estar Social surge para regular a sociedade civil. É responsável pela garantia de um mínimo padrão de vida para aqueles que se encontram em situação de risco como veremos no modelo caracterizado como institucional redistributivo.

Isso significa dizer que deverá garantir acesso aos direitos e segurança social, distribuir de forma universal direitos sociais e efetuar uma distribuição de renda de maneira igualitária.

Oliveira (1988, p.08) apud Raichelis (2000, p.57), destacam que;

[...] o Estado de Bem-Estar Social caracteriza-se, assim, como o padrão de financiamento público da economia capitalista, mediante a estruturação de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactuadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais.

Na concepção dos autores abordados, o Estado de Bem-Estar Social

caracteriza-se como financiador do capital, ou seja, as políticas sociais são direcionadas para manter a reprodução da força de trabalho e pressuposto básico para a acumulação de capital.

Para manter o financiamento do capital, ocorre uma redução considerável do gasto social e, conseqüentemente, a deteriorização dos serviços sociais públicos. A causalidade dessa situação é culpabilizada pela crise econômica, de um lado, e por outro lado, pelo modelo e gestão de Estado de Bem-Estar Social, caracterizado pelo desperdício de recursos e pela ineficiência.

Com essa forma de regulação estatal, o Estado deixa de ser inferior ao mercado, passando a ter uma autonomia de ação, rompendo-se com a idéia de que o Estado só gastava o que arrecadava.

O Estado realiza despesas com o financiamento de políticas sociais públicas e programas de bem-estar social mesmo antes de arrecadar. Esse procedimento gera um déficit público que, conseqüentemente, levará a uma crise deste modelo de Estado, que será abordado posteriormente.

Esse processo de financiamento ocorre num âmbito dialético, pois, “embora a ação do Estado seja desenvolvida para garantir interesses privados, só é possível assegurar eficácia a esta ação se esses interesses privados se transformarem em interesses públicos”. (Oliveira (1993) apud Raichellis (2000, p. 58).

Ascoli (1963) apud Draibe (1993, p.06), contempla os três tipos mais comuns de Estado de Bem-Estar Social:

- 1) O Welfare residual: é caracterizado por políticas seletivas a grupos específicos de indivíduos, com características de vulnerabilidade, e possui caráter temporário e seletivo;
- 2) O Welfare institucional redistributivo: busca garantir a todos os cidadãos bens e serviços sociais. Utiliza-se de critérios universalistas para proteção, e considera os mínimos sociais a partir das necessidades de vida definidos historicamente;
- 3) O Welfare meritocrático particularista: pode configurar-se como corporativo ou como clientelista. O princípio estruturante é a posição

original do indivíduo no mercado de trabalho, baseado no mérito, na performance profissional, e nas oportunidades. Essas políticas sociais são parciais, direcionadas às correlações do mercado, e são complementares às instituições econômicas.

Diante do exposto neste trabalho, entendemos que o Estado de Bem-Estar Social foi criado para garantir direitos sociais e ao mesmo tempo, regular o mercado. Irá responder às necessidades da acumulação e legitimação do modo de produção capitalista, considerando o fator econômico, que teve como marco histórico o processo de industrialização.

No âmbito político, o Estado de Bem-Estar Social amplia direitos civis, sociais e políticos. As lutas pelos direitos sociais vão além dos princípios da igualdade e liberdade, exigindo um Estado intervencionista com o papel redistributivo da riqueza socialmente produzida por meios da generalidade dos bens e serviços sociais.

A partir da teoria de Keynes e a criação de um mercado institucionalmente regulado temos o chamado “período de ouro” ou seja, pertenceu aos países capitalistas desenvolvidos, foi um fenômeno mundial, embora as riquezas gerais jamais chegassem à vista da maioria da população do mundo, abrindo espaços para a elaboração de políticas sociais públicas que são características predominantes do Estado de Bem-Estar Social, citado anteriormente.

As políticas sociais se multiplicam após um longo período depressivo, que se estende de 1914-1939, e se generalizam no início do período de expansão após a SEGUNDA Guerra Mundial, que teve como substrato a própria guerra e o fascismo, e segue até fins da década de 70.

Nesse período as políticas sociais são basicamente caracterizadas como um sistema de proteção social que irá responder aos problemas gerados pela expansão capitalista com o avanço tecnológico.

As políticas sociais do Estado de Bem-Estar Social foram caracterizadas por um tipo de relação entre Estado e sociedade antes inexistente, ancorada em princípios que priorizam os seguintes objetivos: extensão dos direitos sociais; oferta universal de serviços sociais; preocupação com o pleno emprego; institucionalização da assistência social como rede de defesa contra a pobreza

absoluta e meio de garantir a manutenção de padrões mínimos de atenção às necessidades básicas.

Segundo Potyara (1999, p.54), as políticas sociais passaram:

[...] a ser vista nas melhores análises marxistas como um fenômeno contraditório, porque ao mesmo tempo em que responde positivamente aos interesses dos representantes do trabalho, proporcionando-lhes ganhos reivindicados na luta constante contra o capital, também atendem positivamente a interesses dos representantes do capital, preservando o potencial produtivo da mão-de-obra.

Na análise da autora, política social não deve ser seguida a risco apenas de uma forma de pensamento, mas é preciso considerá-la num âmbito onde existem lutas e conflitos de classes.

Lenhardt e Offe (1984, p.22) apud Arretche (1995, p.18:19) define que:

[...] a política social não é mera reação do Estado aos problemas da classe operária, mas contribui de forma indispensável para constituição dessa classe. A função mais importante da política social consiste em regulamentar o processo de proletarização.

Contudo, a política social tem como função atribuir continuidade ao processo de reprodução da força de trabalho, ou seja, uma condição essencial para o desenvolvimento capitalista. Este processo só pode ser cumprido através da intervenção do Estado, pois exerce o poder sobre a classe trabalhadora.

Os autores acima citados ainda colocam que:

[...] a dinâmica de desenvolvimento das políticas sociais diz respeito a um processo, interno à esfera estatal, de compatibilização de duas exigências contraditórias: as exigências da classe trabalhadora e as necessidades da acumulação de capital...a esfera estatal reage a essas duas ordens de pressão, levando em conta os pré-requisitos de uma economia de trabalho e as possibilidades orçamentárias.

Ou seja, a política estatal não atende na sua imediatez os problemas das duas classes em confronto, mas primeiramente considera sua própria estrutura (institucional, fiscal e legal), antes de prestar serviços.

Nessas proporções, o Estado e as políticas sociais já não são mais uma resposta automática às necessidades no modo de produção capitalista.

Gough, (1979, p.68) apud Arretche (1995, p.25), destaca que:

[...] os fatores que influenciam o desenvolvimento de políticas sociais são: (1) a luta e influência da classe trabalhadora; (2) a centralização do Estado; e (3) a influência dos primeiros sobre este último(...) Estes fatores não são de modo algum exaustivos, mas constituem (...) os principais determinantes do *welfare state*.

Destacando ainda Gough (1979, p. 64) apud Arretche (1995 p.25):

[...] nós distinguimos dois fatores importantes na explicação do crescimento do *welfare state*: o grau de conflito social, e especialmente a força e forma de luta da classe trabalhadora, e a habilidade do Estado capitalista em formular e implementar políticas de modo a assegurar no longo prazo a reprodução das relações capitalistas de produção.

Neste sentido, o Estado capitalista formula políticas diante da reação da classe capitalista, pois foi ameaçada em sua reprodução pela força do movimento social organizado.

Sendo assim, o Estado de Bem-Estar Social deve ser entendido como um modelo de Estado que durante cerca de quarenta anos, conseguiu atingir, de certa forma, seus objetivos tal como o crescimento social.

Porém, este modelo não mais se enquadrava nas exigências do sistema capitalista. Ele se decompôs, sofrendo um corte nas políticas sociais de uma forma geral, não podendo mais ampliar e garantir os direitos sociais, levando ao que chamamos de crise do Estado de Bem-Estar Social.

2.4 A crise do Estado de Bem-Estar Social e o Neoliberalismo

A chamada crise do Estado de Bem-Estar Social é compreendida de forma diversa e é abordada por diferentes concepções de autores que argumentam

sobre prismas distintos.

Para Potyara (2003, p. 80) a crise do Estado de Bem-Estar Social:

[...] expressava a incapacidade fiscal desse Estado e sua ineficiência administrativa e política. O resultado mais visível dessa crise era o déficit de legitimidade das políticas sociais públicas causados pelas frustrações populares ante estas ocorrências.

Para os progressistas, a tese comum que defendem sobre a crise é que os problemas enfrentados pelo Estado de Bem-Estar Social significam muito mais pressões por mudanças, do que propriamente uma crise ou esgotamento das práticas sociais dos governos.

Segundo Offe (1989) apud Leal (1990, p. 18):

[...] a crise que se inicia nos anos 70, ao reduzir o crescimento, põe em cheque as bases políticas sobre as quais repousam as práticas redistributivas estatais. Os conflitos distributivos voltam à cena política, restringindo as margens de negociação, levando a ruptura do compromisso que deu sustentação ao "*Welfare State*". Trata-se, desse modo, de uma crise de legitimação, expressa no esgotamento daquela forma particular de regulação estatal baseada em políticas sociais e numa política econômica de corte Keynesiano.

Colocam ainda que o Estado de Bem-Estar Social é incapaz de responder aos novos valores e comportamentos sociais emergentes nas sociedades pós-industriais⁵

Por um outro prisma, os liberais conservadores afirmam em suas teses que a crise de Estado de Bem-Estar Social é provocada por inúmeras distorções na economia, e enfatizam que a excessiva intervenção estatal impede a liberdade dos indivíduos em atuar diretamente no âmbito do mercado.

Essa corrente liberal, segundo Leal (1990, p. 13) afirma que:

[...] a crise resultaria da interferência do Estado através de regulamentações generalizadas e sua tributação excessiva, o que retira

⁵ O conceito de sociedade pós-industrial assenta na constatação de que se tornou predominante uma economia de serviços, de que adquiriram preponderância as classes profissionais e técnicas, de que o crescimento se tornou a referência quase exclusiva das políticas da sociedade, de que o controle da inovação tecnológica é um dado estratégico e de que surge aquilo que se designa por nova Tecnologia Intelectual.

estímulos à oferta de fatores de produção (capital/trabalho); advogam o abandono das regulações generalizadas, a redução dos tributos e a diminuição dos gastos do “*Welfare State*” como medida que poderiam reativar a economia e implicar na superação da crise.

Para os liberais, a crise do Estado de Bem-Estar Social está conectada às suas políticas de bem-estar social, ou seja, a proteção excessiva e segurança econômica e social. A intervenção do Estado irá minar o capitalismo e sobrecarregar o Estado.

Enfatizam ainda, segundo Leal (1990, p. 14) que:

[...] a alternativa mais coerente para enfrentar a crise seria a desmontagem da atual estrutura sob a qual apoiou-se o Estado Keynesiano, eliminando-se a regulação estatal no campo econômico e social. Nesta perspectiva, a proposta liberal supõe uma completa ruptura da aliança de classe, isto é, do compromisso reformista que deu sustentação ao Estado Keynesiano e possibilitou a compatibilidade capitalismo/democracia.

Com o advento da crise, do Estado de Bem-Estar Social, temos nos anos 70 um processo de transformação de padrão produtivo, gerando mudanças no campo do trabalho e no modo de regulação estatal, substituindo o Estado de Bem-Estar Social pelo Estado Mínimo, modificando o modo de organização da força de trabalho e da questão social.

Segundo Pastorini (2004, p. 29):

[...] as manifestações da “questão social” contemporâneas não são uma decorrência natural irreversível e inevitável do desenvolvimento tecnológico. São expressões da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional, conseqüência do esgotamento do modelo fordista-Keynesiano que se estendeu até começo dos anos 70.

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Existe uma dupla mudança na classe trabalhadora, por um lado verifica-se uma transformação quantitativa dos trabalhadores inseridos em

determinados ramos ou setores da produção, percebe-se uma importante diminuição no número de trabalhadores contratados no setor industrial e uma ampliação quantitativa do emprego do setor terciário, mas, por outro, constatam-se alterações qualitativas na forma de realizar o trabalho relacionados com a desespecialização dos operários e a criação de trabalhadores polifuncionais, conjuntamente com uma requalificação especializada.

As condições que garantiam o funcionamento do Estado de Bem-Estar Social, como o pleno emprego, já não mais o sustentavam, pois, a globalização da economia substituiu essas condições, criando novos mercados, instrumentos, atores e regras.

A expressão globalização tem sido utilizada mais recentemente no sentido ideológico, na qual, estivesse no mundo inteiro a um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais e pelo abandono do Estado de Bem-Estar Social. A globalização econômica passa a ser responsável pela intensificação da exclusão social, com o aumento do número de pobres e de desempregados; e de provocar crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadores e de pequenos empreendimentos.

Mediante a crise do capitalismo, nos anos 70 e a reestruturação do processo produtivo, os neoliberais encontram um contexto para difundir sua doutrina e seus programas de políticas econômicas, instaurando-se o Neoliberalismo⁶. E conseqüentemente a crítica ao Estado de Bem-Estar Social.

Segundo Serra (2000, p.36:337) define o Neoliberalismo como:

[...] uma doutrina, com um receituário econômico e alguns programas políticos vigentes a partir dos anos setenta. O principal objetivo dessa proposta é combater as idéias Keynesianas e o Estado de Bem-Estar

⁶ O Neoliberalismo surge pela primeira vez em 1947, com o célebre encontro entre um grupo de intelectuais conservadores em Monte Pélier, na Suíça, onde formaram uma sociedade ativista para combater o Estado de Bem-Estar Social. Para Friedrich von Hayek que escreveu o livro “O caminho da servidão” (1944) considerado como o Manifesto do Neoliberalismo. Nele expôs os princípios mais gerais da doutrina, assegurando que o crescente controle do Estado levaria fatalmente à completa perda da liberdade, afirmando que os trabalhistas conduziram a Grã-Bretanha pelo mesmo caminho dirigista que os nazistas haviam imposto à Alemanha.

Social, corolário da defesa de Keynes de um forte intervencionismo estatal.

Devido à longa era de prosperidade, quase quarenta anos de crescimento que impulsionou o mundo ocidental depois da Segunda Guerra Mundial, graças a diversas adoções das políticas keynesianas e sociais-democratas, os neoliberais recolheram-se para a sombra.

Mas a partir da Crise do Petróleo de 1973, seguido pela onda inflacionária que surpreendeu os Estados de Bem-Estar Social, o neoliberalismo gradativamente voltou à cena. Denunciou a inflação como resultado do estado demagógico perdulário, chantageado ininterruptamente pelos sindicatos e pelas associações.

O mal se devia, pois, a essa aliança espúria entre o Estado de Bem-Estar Social e os sindicatos. O Estado deveria ser desmontado e gradativamente desativado com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, enquanto, os sindicatos seriam esvaziados por uma retomada da política de desemprego contraposta a política keynesiana do pleno emprego. E enfraquecendo a classe trabalhadora e diminuindo ou neutralizando a força dos sindicatos, haveria novas perspectivas de investimento atraindo novamente os capitalistas de volta ao mercado.

O primeiro governo ocidental democrático a inspirar-se em tais princípios foi o da Sr.^a Thatcher na Inglaterra, a partir de 1980. Enfrentou os sindicatos, fez aprovar leis que lhes limitassem a atividade, privatizou empresas estatais, afrouxou a carga tributária sobre os ricos e sobre as empresas e estabilizou a moeda.

O Governo Conservador da Sr.^a Thatcher serviu de modelo para todas as políticas que se seguiram posteriormente no mesmo roteiro.

A hegemonia do neoliberalismo hoje é tamanha que, países de tradições completamente diferentes governados por partidos dos mais diversos possíveis, aplicam a mesma doutrina.

O neoliberalismo teve êxitos e fracassos. Como hegemonia em nível histórico universal avançou muito até os anos 90. A sua meta principal foi a

redução enérgica da inflação, sendo alcançada com sucesso marcante, nos primeiros anos de sua implantação.

O neoliberalismo produziu enorme agravamento das desigualdades em todos os lugares em que foi implantado, criando sociedades dualistas baseadas em duas velocidades que se coagulam num verdadeiro “apartheid social”.

O desmantelamento dos direitos sociais promovidos pelo projeto neoliberal é apresentado como ambígua e escamoteadora denominação de “flexibilização”, cujo traço marcante é principalmente, a “deslegalização” de direitos previdenciários e trabalhistas.

O neoliberalismo despreza, como visto, o direito, notadamente quando se trata do direito a ter direitos.

A redução da participação do Estado nas economias, propicia a liberdade nas taxas de câmbio e de juros, redução dos direitos trabalhistas, liberdade de ação ao capital estrangeiro, dentre outros, que são características marcantes do Neoliberalismo. Estas medidas facilitam os fluxos de capitais e mercadorias importantes à globalização e aumentam a concentração de capitais formando corporações cada vez maiores e mais profundas.

São estas concepções negativas que vêm sendo designadas de “paradigma dominante”, inovador, pós-moderno, ou de nova geração, que norteia a maioria das políticas sociais contemporâneas; isto é, políticas que nem mereciam o qualificativo de sociais porque não têm como prioridade a satisfação de necessidades, mas a rentabilidade econômica; não visam concretizar direitos, mas negá-los ou desmantelá-los; e não têm como pressuposto e finalidade a justiça social.

Segundo Marx (1978), apud Pereira (2000, p.84):

[...] a redução das necessidades dos pobres à mais miserável condições de vida física, cuja satisfação visa apenas permitir que esses pobres exercitem atividades mecânicas para se manterem vivos. E isso acaba por fazer muita gente crer que os pobres não são alvos de injustiças sociais e, portanto, não devem ter direitos garantidos pelo Estado.

O grande resíduo da onda neoliberal é a dramática elevação dos índices

de exclusão social e o agigantamento do fosso entre ricos e pobres, agora elevados à categoria de miseráveis. Esse acirramento de desníveis sociais constitui reflexos inocultáveis do desprezo à promoção dos direitos sociais fundamentais que predomina no pensamento neoliberal.

As políticas de ajuste neoliberais provocam exclusão social e há uma exigência para os adeptos desse modelo de implantarem mecanismos para o enfrentamento do aumento das necessidades sociais até como estratégia para evitarem colapsos sociais que possam comprometer seus propósitos. A mesma lógica neoliberal implica esse desmonte da rede de proteção social pela redução das políticas sociais e, portanto, atingindo a espinha dorsal da proteção social.

De fato, o que fica evidenciado é que o agravamento da “questão social” em suas refrações nos tempos neoliberais requisita, de pronto, a intervenção estatal, com o incremento de políticas sociais respondentes a essa situação. Como resposta à lógica neoliberal, o que ocorre é a desproteção social, sob a égide de vários mecanismos de desregulamentação estatal.

Mas não é só no campo dos direitos sociais que se projeta a crise desencadeada pelo neoliberalismo. “A diminuição da capacidade prestacional do Estado e a omissão das forças sociais dominantes, além de colocarem em xeque a já tão discutível efetividade dos direitos sociais, comprometem inequivocamente os direitos à vida, à liberdade e à igualdade, assim como os direitos à integridade física, propriedade e intimidade”.

Afinal, o objetivo básico da política neoliberal é libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia.

É importante citar que despreocupado em prover e mais empenhado em autonomizar as relações de mercado, o projeto neoliberal apresenta subsídios lastimáveis no campo da realização dos direitos fundamentais e na sociedade como um todo.

Isso explica a defesa intransigente dos adeptos desse “paradigma” da ação minimalista do Estado na área social; das políticas sociais residuais e focalizadas na pobreza extrema; do ressurgimento das condicionalidades ou contrapartidas dos destinatários; da culpabilização dos pobres pelo seu estado de penúria, dado o fato de constituírem uma “subclasse”.

Portanto, no pensamento neoliberal, trabalha-se para desmontar o Estado de Bem-Estar Social, minimizando somente para alguns segmentos da sociedade, as políticas sociais públicas. Privilegiando a estabilidade financeira desconsiderando assim, a política do emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso propósito, ao iniciarmos o presente estudo era compreender as diferentes concepções de políticas sociais, e com o desenvolvimento da pesquisa foi possível constatar as diversas concepções de políticas sociais, que se configuram em cada modelo de Estado.

Com o processo de desenvolvimento do capitalismo, desenvolve-se a desigualdade social e conseqüentemente a formação do pauperismo, que afeta diretamente a classe trabalhadora. Nesta fase, tal classe conscientiza-se, consolidando a questão social, que expressa a contradição do modo capitalista de produção. Esta contradição é construída na produção e apropriação da riqueza socialmente gerada, que é produzida pelos trabalhadores e apropriada pelos capitalistas.

Através de reivindicações de seus direitos, a classe proletária passa a exigir a intervenção do Estado, que cria como resposta as políticas sociais, caracterizadas como um sistema de proteção social, que apontam para responder as dificuldades geradas pela difusão do capitalismo e do avanço tecnológico.

Desta maneira, referimos que na sociedade moderna, configuram-se três momentos distintos do Estado, de acordo com o desenvolvimento capitalista.

Estas configurações distintas do modelo de Estado fazem enfrentamento à questão social, representado por diferentes concepções de políticas sociais; sendo: o Estado Liberal, que surgiu como uma forma de oposição às monarquias absolutas e ao seu regime mercantilista, defendendo a liberdade individual; a separação e a independência entre os três poderes com o objetivo de organizar a sociedade; o direito à propriedade e a livre iniciativa capaz de conciliar os interesses individuais e coletivos, gerando o progresso social, possibilitando, um aumento na expectativa de vida e no conforto material.

O inegável progresso econômico diminuiu a mortalidade infantil, criou empregos, aumentou a produtividade, possibilitou a sobrevivência de um grande número de pessoa que estavam fadadas a morrer por inanição, miséria e doenças. A humanidade ganhou anos de vida com mais conforto.

Mas esse desenvolvimento entra em crise, em razão de sua incapacidade de sustentar o crescimento econômico, e também, por não conseguir manter a ordem social.

Temos também, o Estado de Bem-Estar Social que se consolida no marco a questão social, configurando-se em diferentes lugares e com distintas concepções teóricas.

As lutas da classe trabalhadora por direitos sociais vão além dos princípios da igualdade e liberdade, exigindo um Estado intervencionista com o papel redistributivo da riqueza socialmente produzida por meio de bens, serviços sociais universais e de pleno emprego garantindo assim, padrões mínimos de atenção às necessidades básicas.

Contudo, este modelo não se enquadrava ao sistema capitalista, o que gerou corte nas políticas sociais, levando à crise do Estado de Bem-Estar Social.

Com o período da crise do Estado de Bem-Estar Social, temos nos anos 70, transformações no processo produtivo, desenvolvendo mudanças no campo do trabalho e na forma de regulação estatal, originando o Estado Mínimo.

O Estado Neoliberal ou Mínimo modifica o modo de organização da força de trabalho e da questão social, privilegiando a estabilidade financeira, empenhada em desmontar o Estado de Bem-Estar Social. No entanto, o Estado passa por um processo de reforma, usando um discurso ideológico como estratégia para se desresponsabilizar pela questão social, ocorrendo conseqüentemente, medidas de contenção de gastos na área social.

Essa reforma estatal juntamente com o Neoliberalismo fazem com que as políticas sociais sejam voltadas para segmentos da população que se encontram em situação de extrema pobreza, possuindo um caráter focalizado e fragmentado.

Diante do exposto, para se compreender a concepção de política social de um determinado autor, precisam-se analisar as concepções dos referidos, sobre capitalismo, questão social e Estado.

Portanto, toda a discussão traçada neste trabalho, está baseada na visão do grupo de que as políticas não podem ser pensadas como meras concessões por parte do Estado, mas sim, em uma relação contraditória, que envolve três

atores distintos: as classes hegemônicas, o Estado intermediador e hegemoneizado pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras e subalternas, que tem maior ou menor protagonismo do âmbito da questão social, conforme o processo histórico.

Esse protagonismo é determinado pelo desenvolvimento capitalista, que influencia nas condições de organização da classe trabalhadora.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A. P. **As novas configurações do Estado e da sociedade civil.** Capacitação em serviço social e política. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999. 129p.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003. 258p.

_____, **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 8.ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002. 200p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. In: MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993. 395p.

ARRETCHE, M. T. S. **Emergência e desenvolvimento do welfare state:** Teorias explicativas. Boletim Informativo bibliográfico. São Paulo, n.º 39, pg. 3-40, 1º sem 1995.

BRAVO, Maria Inês Souza. In: PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs). **Política social e democracia.** 2.ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. 254p.

BRUIT, Hector H. **O imperialismo.** 2.ed. São Paulo: Atual, 1987. ----

BEHRING, Elaine Rosetti. **Política social no capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 1998. 199p.

BONAVIDES, Paulo. **Do estado liberal ao estado social.** 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. 258p.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social:** fundamentos ontológicos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 222p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 379p.

BONADÍO, V. M. R. **As propostas de avaliação da política municipal de assistência social na região administrativa e Presidente Prudente-SP.** 2003. 221f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Serviço Social) Universidade Estadual de Londrina, PR, 2003.

CAPITAL Humano: uma dimensão estratégica. Disponível em: <<http://www.usr.solar.com.br/gestaopessoas/u3m2.htm>>. Acesso em 11 set 2004.

CAPITALISMO Monopolista, Imperialismo e Neocolonialismo. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/neocolonialismo.htm>>. Acesso em 11 set 2004.

CARDOSO, F. G. **Questão social:** fenômeno vinculado a histórica luta de classes e determinante básico do serviço social como profissão. Revista semestral do programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n.º 6, pg. 79-94, jan/jun 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611p.

_____. _____. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 611p.

COULON, O. M. F.; PEDRO, F. C. **Cartéis, trustes e holdings.** Disponível em: <<http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/capit02.html>>. Acesso em 12 mai 2004.

COULON, O. M. F.; PEDRO, F. C. **O capitalismo monopolista.** Disponível em: <<http://www.hystoria.hpg.ig.com.br/capit01.html>>. Acesso em 17 mai 2004.

CRISE de 1929. Disponível em: <<http://www.historiaonline.pro.br/historia/crise1929.htm>>. Acesso em 11 set 2004.

CRISE do neoliberalismo. Disponível em <<http://educativo.terra.com.br/voltaire/atualidade/neoliberalismo2.htm>>. Acesso em 20 set 2004.

DRAIBE, S. M.; HENRIQUE, W. **Políticas públicas e gestão da crise:** Um balanço da literatura internacional. Caderno de pesquisa n.º 01, Campinas: UNICAMP, NEPP, 1987, 49p.

_____. **Há tendência e tendências:** Com que EBE Social haveremos de conviver neste fim de século? Caderno de pesquisa n.º 10. Campinas: UNICAMP, NEPP, 1989, 51p.

_____. **Welfare state no Brasil:** características e perspectivas. Caderno de pesquisa n.º 46. Campinas: UNICAMP, NEPP, 1993, 51p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 33p.

FISCHLOWITZ, Estanislau. **Fundamentos da política social.** Rio de Janeiro: Agir, 1964. 340p.

GONÇALVES, A. F. M. **Resstruturação produtiva, globalização e neoliberalismo:** reflexos no modelo brasileiro e suas consequências na legislação trabalhista. Disponível em: <<http://www.funcec.br/direito/fabricio.htm>>. Acesso em 03 set 2004.

GLOBALIZAÇÃO ontem e hoje. Disponível em: <<http://www.educativa.terra.com.br/voltaire/atualidade/globalizacao.htm>>. Acesso em 10 set 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 589p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 5.ed. São Paulo: Cortes, 2001. 326p.

- _____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 13.ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2000. 280p.
- LAURELL, Asa Cristina (org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 244p.
- LEAL, Suely Maria Ribeiro. **A outra face da crise do estado de bem-estar social: neoliberalismo e os novos movimentos da sociedade do trabalho.** Campinas: UNICAMP, NEPP, 1990, 29p.
- MAIA, Raul. **Manual dinâmico do estudante.** São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1999.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultura, 1982. 416p.
- MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 165p.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 176p.
- _____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 93p.
- NUN, José... [et al]. **A situação da classe trabalhadora na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; CEDEC, 1978. 106p.
- PASTORINI, A. **Quem move os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. Revista Quadrimestral de Serviço Social, São Paulo, ano 18, n.º 53, pg. 80-101, mar 1997.
- PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995, 93p.
- PEDRÃO, Fernando. **Raízes do capitalismo contemporâneo.** Bahia: Hucitec, 1996. 262p.
- PEREIRA, Potyara A. P. **A metamorfose da questão social e reestruturação das políticas sociais.** Capacitação em serviço social e política. Módulo I: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999, 129p.
- _____. **A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado.** Revista Quadrimestral de Serviço Social, São Paulo, ano 24, n.º 73, pg. 75-100, mar 2003.
- _____. **A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil.** Revista semestral do programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n.º 6, pg. 119-132, jan/jun 2000.

_____. **A política social no contexto da seguridade social e do welfare state:** a particularidade da assistência social. Revista Quadrimestral de Serviço Social, São Paulo, ano 19, n.º 56, pg. 60-76, mar 1998.

_____. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 215p.

_____. **Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social.** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Porto Alegre, ano 4, n.º 7, pg. 112-122, jan/jun 2003.

_____. **O Estado de bem-estar e as controvérsias da igualdade.** Serviço social e sociedade. São Paulo, ano 7, n.º 20, pg. 66-81, abr 1986.

RAICHALIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social:** caminhos da construção democrática. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 304p.

READER'S DIGEST. Grandes acontecimentos que transformaram o mundo. Rio de Janeiro, Brasil, 2000. 448p.

REESTRUTURAÇÃO Produtiva e Desregulamentação. Disponível em: <<http://www.cibergeo.org/modulo2/modgwfh2-1.htm>>. Acesso em 11 set 2004.

REVOLUÇÃO Industrial. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/revolucaoindustrial.htm>>. Acesso em 05 abr 2004.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência social entre a ordem e a “des-ordem”:** mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999. 231p.

SERRA, Rose M. S. **Crise da materialidade no serviço social:** repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000. 200p.

SERRA, Rose M. S. **A questão social hoje.** Revista semestral do programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n.º 6, pg. 133-168, jan/jun 2000.

SILVA, Ademir Alves da. **Políticas sociais e cooperativas habitacionais.** São Paulo: Cortez, 1992. 135p.

_____. **As relações Estado-sociedade e as normas de regulação social.** Capacitação em serviço social e política. Módulo II: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999, 200p.

SILVA, M. J. L. Diagnóstico sistêmico e sociedade pós industrial. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/silva_lopes_diagnostico_sistemico.html>. Acesso em 15 ago 2004.

SILVA, M. O. S. **Avaliação das políticas sociais:** Concepção e modelos analíticos. Revista Quadrimestral de Serviço Social, São Paulo, ano 18, n.º 53, pg. 74-79, mar 1997.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica.** 10.ed. São Paulo: Moderna, 1987. 87p.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.** Rio de Janeiro, 2001. 365p.

STEIN, R. H. A. **A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento.** Revista semestral do programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n.º 6, pg. 133-168, jan/jun 2000.

STEWART JUNIOR, Donald. **O que é liberalismo.** 5.ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 118p.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios da economia política marxista.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. 413p.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, M. A. (Org). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 252p.

VASCONCELOS, E. M. **Estado e políticas sociais no capitalismo.** Revista quadrimestral de serviço social, São Paulo, ano 9, n.º 28, pg. 5-32, dez 1988.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992. 102p. v. 49.

VICENTE, Cláudio. **História geral.** 8.ed. São Paulo: Scipione, 1999. 495p.